



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS - DMI
BACHARELADO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS - LEANI

**A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL LEA-NI COMO MEDIADOR
INTERCULTURAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CASO DOS
INDÍGENAS WARAO NA PARAÍBA**

THALES FERREIRA FIDELES

JOÃO PESSOA, PB

2025

THALES FERREIRA FIDELES

**A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL LEA-NI COMO MEDIADOR
INTERCULTURAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CASO DOS
INDÍGENAS WARAO NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Luis Pedro Fernandez Fernandez

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Rennally Soares da Silva

João Pessoa, PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F451a Fideles, Thales Ferreira.

A atuação do profissional LEA-NI como mediador intercultural: relato de experiência do caso dos indígenas Warao na Paraíba / Thales Ferreira Fideles. - João Pessoa, 2025.

58 f. : il.

Orientador: Luis Pedro Fernandez Fernandez.

Coorientadora: Maria Rennally Soares da Silva.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Warao. 2. Migração Forçada. 3. Direitos Humanos. 4. LEA-NI. I. Fernandez, Luis Pedro Fernandez. II. Silva, Maria Rennally Soares da. III. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 342.7

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL LEA-NI COMO MEDIADOR
INTERCULTURAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CASO DOS INDÍGENAS
WARAO NA PARAÍBA**

Elaborado por
THALES FERREIRA FIDELES

**Como requisito parcial para a obtenção do grau de BACHAREL EM LÍNGUAS
ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Me. Luis Pedro Fernandez Fernandez
Orientador**

**Profa. Dra. Maria Rennally Soares da Silva - DMI/UFPB
Membro da banca examinadora e Coorientadora**

**Profa. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo
Membro da banca examinadora**

**Profa. Dra. Ana Carolina Vieira Bastos
Suplente**

João Pessoa, 30 de setembro de 2025

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituição	UFPB – Universidade Federal da Paraíba
	<p>Endereço: Prédio da Reitoria – Campus I - UFPB - Cidade Universitária - Cep: 58059-900 - João Pessoa – PB (Brasil) Site: <http://www.ufpb.br></p>
Dirigentes	<p>Reitoria Reitor: Profa. Dra. Terezinha Domiciano Dantas Martins Vice-Reitora: Mônica Nóbrega</p> <p>Pró-Reitoria de Graduação (PRG) Pró-Reitora: Profa. Dra. Ana Cláudia da Silva Rodrigues</p> <p>Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva Vice-Diretora: Prof. Dra. Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo</p> <p>Departamento de Mediações Interculturais (DMI) Chefe: Profa. Dra. Ana Cristina Bezerril Cardoso Vice-Chefe: Prof. Dr. Roberto Carlos de Assis</p> <p>Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) Coordenadora: Profa. Dra. Maria Rennally Soares da Silva Vice-Coordenadora do Curso e Coordenadora de TCC: Profa. Dra. Ana Carolina Vieira Bastos</p>
Trabalho de Conclusão de Curso	<p>A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL LEA-NI COMO MEDIADOR INTERCULTURAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CASO DOS INDÍGENAS WARAO NA PARAÍBA</p>
Execução	<p>Orientador: Prof. Me. Luis Pedro Fernandez Fernandez Coorientadora: Profa. Dra. Maria Rennally Soares da Silva Aluno: Thales Ferreira Fideles</p>

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria José Ferreira Fidele, que, mesmo em meio a dificuldades, fez da minha educação um compromisso de vida. Carrego comigo, com orgulho, que entre todos os títulos que eu possa receber, o mais importante sempre será ser “o filho de Dona Maria” que, com amor, me ensinou a ser quem sou.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão aos meus amigos mais próximos desde o início da graduação, Pablo e Nicolle, que estiveram comigo em todos os momentos, compartilhando conquistas, risadas e desafios. Vocês tornaram cada etapa desta jornada mais leve e significativa.

À minha família, que sempre me apoiou e se orgulhou de cada passo dentro da universidade: minha mãe Maria, minha tia Fátima, minhas primas Samara e Saionara, e meu primo Miguel. O amor, incentivo e confiança de vocês foram fundamentais para que eu pudesse seguir com segurança e determinação.

Às minhas amigas da vida, Vertilania, Fernanda e Eloisa, que ainda que não acreditem me inspiram e me ajudam a me tornar uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço aos meus orientadores, Luís e Rennally, por me auxiliarem com dedicação, atenção e preocupação em cada etapa deste percurso.

Aos “Criados do R.U”, Maria Hellen, Sidney, Giselli, Lyandra, Deiseanny e Arielly, que compartilharam comigo quase todos os almoços e jantares na UFPB, tornando dias paiais em momentos leves e de companheirismo.

Aos amigos de curso com quem compartilhei experiências em diferentes projetos, em especial Aedson, Allecy, Águeda, Clara, Horrana, Isa, Lauren, Lara e Paula, pela parceria e troca de aprendizados.

Aos colegas da turma 13 de LEA-NI, que mesmo diante de desafios e percalços, souberam enxergar oportunidades e lutar por elas, valorizando sempre a força da colaboração.

Aos meus importantes professores de LEA-NI, que se tornaram uma verdadeira família acadêmica, transmitindo conhecimento e apoio. Em especial, ao Professor Roberto Vilmar Satur, que me presenteou com conselhos valiosos que viabilizaram a existência dessa versão deste trabalho.

Aos coordenadores de inúmeros projetos que me concederam a oportunidade de participar ativamente e aprender em diferentes contextos: Ana Berenice, da Agência UFPB de Cooperação Internacional; Theoffillo, da Revista de Extensão da UFPB; Ângela, do Projeto

Mobilang; Emerson Silva, da CUFA PB; Paulo Batista, da AUMBSJ; Márcia Castro, do Canal Saúde; Lurdinha Maia, da Fiocruz; e Victoria Zuniga, do Contemp, cuja atuação foi essencial para minha trajetória acadêmica.

Dentro de cada experiência, poderia citar muitos nomes, mas não o faço para não esquecer ninguém. Ainda assim, reconheço que todos que fazem parte da minha jornada me ajudaram, direta ou indiretamente, de alguma forma.

Aos amigos que fiz pelo caminho, especialmente aqueles que conheci durante o intercâmbio acadêmico no México.

Um agradecimento especial, in memoriam, à Kátia Maria, que me ajudou em diferentes momentos, e contribuiu de forma importante para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Sua generosidade e dedicação são lembradas com profunda gratidão.

Agradeço também aquelas que sempre estiveram, e sei que sempre posso contar, Raissa Oliveira, Rosângela Oliveira e Maria da Conceição.

No mais, um muito obrigado aos indígenas Warao, que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho, compartilhando saberes, histórias de vida e experiências que enriqueceram minha compreensão e inspiraram este estudo.

E por fim, parafraseando Anitta no Rock in Rio: a gente costuma agradecer a todo mundo para não parecer ingrato. E sim, sou muito grato por quem esteve ao meu lado. Mas hoje eu também preciso agradecer a mim. Porque eu lutei, insisti, me mantive firme quando tudo parecia dizer o contrário. Eu não desisti. E isso também merece ser celebrado.

“[...] En la cima sin escalera, la sensación de la favela, salió a romper fronteras” (J. Balvin)

RESUMO

Este trabalho reflete sobre as contribuições da mediação intercultural para o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba, a partir do relato de experiências acadêmicas e extensionistas vivenciadas pelo autor do presente estudo. A pesquisa parte do questionamento de como o profissional em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) contribui para a mediação intercultural e a defesa dos direitos desses povos. A motivação do estudo nasce de experiências acadêmicas e extensionistas vivenciadas pelo autor junto a imigrantes indígenas, por meio de projetos como CONTEMP, o curso de economia solidária *Yaotasaba Warao* e a I COMIGRAR PB, todos realizados no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo com a utilização do gênero textual relato de experiência, embasado em referenciais bibliográficos. Além disso, o trabalho é orientado pelos princípios dos Direitos Humanos, amparando-se, entre outros documentos, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007). Por fim, o trabalho busca oferecer contribuições teóricas e práticas para a formulação de estratégias de acolhimento mais justas e interculturais, evidenciando que o cuidado e a mediação com migrantes indígenas devem considerar, de forma integrada, os eixos linguístico, cultural e institucional.

Palavras-chave: Warao; Migração Forçada; Direitos Humanos; LEA-NI

ABSTRACT

This study reflects on the contributions of intercultural mediation to the reception of the Warao indigenous people in Paraíba, based on the author's academic and outreach experiences. The research starts from the question of how professionals in Foreign Languages Applied to International Negotiations (LEA-NI) contribute to intercultural mediation and the defense of the rights of these peoples. The motivation for the study stems from academic and extension experiences lived by the author with indigenous immigrants, through projects such as CONTEMP, the Yaotasaba Warao solidarity economy course, and I COMIGRAR PB, all carried out at the Federal University of Paraíba. The methodology used is qualitative in nature, exploratory and descriptive, using the textual genre of experience reports, based on bibliographic references. In addition, the work is guided by the principles of human rights, based, among other documents, on the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2007). Finally, the study seeks to offer theoretical and practical contributions to the formulation of fairer and more intercultural reception strategies, highlighting that care and mediation with indigenous migrants must take into account linguistic, cultural, and institutional aspects in an integrated manner.

Keywords: Warao; Forced Migration; Human Rights; LEA-NI

RESUMEN

Este trabajo reflexiona sobre las contribuciones de la mediación intercultural para la acogida de los indígenas Warao en Paraíba, a partir del relato de experiencias académicas y de extensión vividas por el autor del presente estudio. La investigación parte de la pregunta de cómo el profesional en Lenguas Extranjeras Aplicadas a las Negociaciones Internacionales (LEA-NI) contribuye a la mediación intercultural y a la defensa de los derechos de estos pueblos. La motivación del estudio surge de las experiencias académicas y de extensión vividas por el autor junto a inmigrantes indígenas, a través de proyectos como CONTEMP, el curso de economía solidaria Yaotasaba Warao y la I COMIGRAR PB, todos realizados en el entorno de la Universidad Federal de Paraíba. La metodología utilizada es de naturaleza cualitativa, con carácter exploratorio y descriptivo, utilizando el género textual relato de experiencia, basado en referencias bibliográficas. Además, el trabajo se rige por los principios de los derechos humanos, basándose, entre otros documentos, en la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas (2007). Por último, el trabajo busca ofrecer contribuciones teóricas y prácticas para la formulación de estrategias de acogida más justas e interculturales, poniendo de manifiesto que la atención y la mediación con los migrantes indígenas deben considerar, de manera integrada, los ejes lingüístico, cultural e institucional.

Palabras clave: Warao; Migración forzada; Derechos humanos; LEA-NI

RÉSUMÉ

Ce travail réfléchit sur les contributions de la médiation interculturelle à l'accueil des indigènes Warao dans l'État de Paraíba, à partir du récit des expériences académiques et de vulgarisation vécues par l'auteur de la présente étude. La recherche part de la question suivante: comment le professionnel en langues étrangères appliquées aux négociations internationales (LEA-NI) contribue-t-il à la médiation interculturelle et à la défense des droits de ces peuples? La motivation de l'étude découle des expériences académiques et de vulgarisation vécues par l'auteur auprès d'immigrants indigènes, à travers des projets tels que CONTEMP, le cours d'économie solidaire Yaotasaba Warao et I COMIGRAR PB, tous réalisés dans le cadre de l'Université fédérale de Paraíba. La méthodologie utilisée est de nature qualitative, exploratoire et descriptive, et s'appuie sur le genre textuel du récit d'expérience, fondé sur des références bibliographiques. En outre, le travail est guidé par les principes des droits de l'homme, s'appuyant, entre autres documents, sur la Déclaration des Nations Unies sur les droits des peuples autochtones (2007). Enfin, ce travail vise à apporter des contributions théoriques et pratiques à la formulation de stratégies d'accueil plus justes et interculturelles, en soulignant que la prise en charge et la médiation auprès des migrants autochtones doivent tenir compte, de manière intégrée, des axes linguistique, culturel et institutionnel.

Mots-clés: Warao; Migration forcée; Droits de l'homme; LEA-NI

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização dos territórios Warao na Venezuela	22
Figura 2 - Histórico da presença Warao no Brasil	24
Figura 3 - Presença Warao no Brasil em 2023	24
Figura 4 - Situação do abrigo	38
Figura 5 - Orçamento Fibra de Buriti	39
Figura 6 - Voluntários I Comigrar PB	48
Quadro 1 - Número de indígenas Warao em maio de 2025 em João Pessoa	25
Quadro 2 - Comparação correspondências dos marcos normativos	27
Quadro 3 - Programação do curso de economia solidária	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

COMIGRAR PB – Conferência Estadual de Migração, Refúgio e Apátridas da Paraíba

CONTEMP – Metodologias Contemporâneas em Contabilidade

CPF - Cadastro de Pessoa Física

DFC – Departamento de Finanças e Contabilidade

ENEX – Encontro de Extensão

IES – Instituições de Ensino Superior

LEA-NI – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

MPF – Ministério Público Federal

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

SEDH – Secretaria de Desenvolvimento Humano

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 ORIGEM, IDENTIDADE E PROCESSO MIGRATÓRIO DOS WARAO NA AMÉRICA LATINA.....	23
2.2 WARAO NO BRASIL E NA PARAÍBA: IMPACTOS NA LÍNGUA E NAS VIVÊNCIAS SOCIAIS.....	24
2.3 DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO FORÇADA: INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS PARA A PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS.....	27
2.3.1 Desafios Institucionais e Sociais na Proteção dos Warao.....	30
2.4 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE LEA-NI NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL.....	31
2.4.2 Mediação Linguística, Cultural e Social.....	32
3. METODOLOGIA.....	34
4 MEDIAÇÃO INTERCULTURAL EM PRÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROFISSIONAL DE LEA-NI EM FORMAÇÃO, COM OS INDÍGENAS WARAO.....	37
4.1 PROJETOS DE EXTENSÃO CONTEMP, CURSO YAOTASABA WARAO E A I COMIGRAR PB.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXOS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)¹ identificou, sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela, a violação de direitos fundamentais, como o direito à alimentação e à saúde, entre outros. Essas violações geraram deslocamentos forçados e agravaram a vulnerabilidade de populações já em situação de risco, como os povos indígenas.

Nesse contexto, a adaptação territorial dos indígenas Warao na América do Sul e a preservação de sua língua e cultura tornam-se questões ainda mais cruciais para esses povos, que enfrentam não apenas o desafio de sobreviver fisicamente, mas também de manter vivas suas identidades culturais diante do deslocamento.

A abordagem metodológica adotada será apresentada posteriormente, de forma a situar o percurso de pesquisa e as experiências analisadas. A proposta visa compreender como a adaptação territorial impacta as práticas sociais, a manutenção da língua e da cultura dos indígenas Warao na América Latina, no Brasil, especialmente na Paraíba, à luz dos Direitos Humanos.

Nesse processo, o estudo também enfatiza o papel do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI), compreendido como mediador intercultural capaz de articular competências linguísticas e socioculturais para favorecer o acolhimento, a inclusão e o fortalecimento das estratégias de preservação identitária desses povos.

Assim, partimos principalmente da questão-problema: como a mediação do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pode contribuir para superar as barreiras linguísticas, culturais e institucionais no acolhimento de migrantes indígenas Warao?, uma vez que o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba evidencia um problema central, que é a dificuldade de operacionalizar, de modo intercultural, os direitos assegurados por leis nacionais e tratados internacionais.

A justificativa para o estudo surge das experiências acumuladas em projetos e eventos vinculados à Universidade Federal da Paraíba com abrangência internacional, como o projeto de extensão CONTEMP, o curso de economia solidária Yaotasaba Warao² e a participação na I COMIGRAR PB. Esses espaços promoveram diálogos diretos com

¹ Situação dos direitos humanos na Venezuela – ACNUDH. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/situacao-dos-direitos-humanos-na-venezuela/>.

² Segundo uma liderança indígena Warao, o significado de Yaotasaba Warao é Economia Warao na língua Warao

migrantes e refugiados, especialmente da etnia Warao, por meio dos quais foram observadas barreiras linguísticas, institucionais e culturais que dificultam a sua adaptação e integração no território brasileiro.

O material empírico utilizado neste trabalho é composto por documentos institucionais, pareceres técnicos, relatórios de organizações nacionais e internacionais (como o ACNUR e o MPF), além de reportagens, textos acadêmicos, resumos de eventos e produções autorais vinculadas às ações extensionistas mencionadas. As fontes utilizadas buscam representar os desafios enfrentados pelos Warao e fornecer subsídios para uma discussão crítica fundamentada.

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica conforme defendem Melo, Fideles et al. (2024), ao afirmarem que:

Os Métodos Qualitativos auxiliam na obtenção de informações mais específicas e detalhadas, pois esse método oferece liberdade para os pesquisadores explorarem as respostas dos participantes, ao contrário do Método Quantitativo que, apesar de fornecer dados mais precisos, não contempla as diversidades individuais por trás dos números.³ (tradução nossa) (Melo, Fideles et al, 2024, p. 20-22)

Nesse sentido, o método qualitativo permite explorar as dimensões subjetivas, culturais e sociais que atravessam as vivências dos Warao em situação de migração forçada, respeitando suas particularidades e formas de expressão cultural.

A migração forçada decorrente da crise humanitária na Venezuela tem gerado impactos significativos na vida dos povos indígenas Warao, muitos dos quais buscaram refúgio em cidades do Norte e Nordeste do Brasil. Nas áreas urbanas brasileiras, observa-se que organizações governamentais e Organização da Sociedade Civil(OSC) esforçam-se para garantir condições básicas de alimentação, saúde e educação aos Warao. Ao mesmo tempo, os Warao enfrentam o desafio de manter vivas suas identidades culturais em meio ao deslocamento, o que torna a preservação de sua língua e de seus costumes uma questão urgente. A língua warao, em especial, constitui um elemento central de afirmação étnica para esse grupo em situação de vulnerabilidade; conforme apontam Lima, Cirino e Muñoz (2020), a língua é ponto fulcral para a afirmação étnica dos povos indígenas, tanto mais quanto mais estes estiverem em situações de vulnerabilidade.

³ *The Qualitative Methods help in the conquest of more specific and detailed information, as this method offers freedom for the researchers to explore the participants' answers, unlike the Quantitative Method in which, despite providing more accurate data, it does not contemplate the individual diversities behind the numbers*

Nesse contexto, a atuação de profissionais formados em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) revela-se fundamental. Como destaca Duarte (2023, p. 32) em estudo recente sobre mediação intercultural, esses profissionais devem buscar se afastar de seus pressupostos para evitar práticas baseadas em preconceitos que podem culminar em atitudes prejudiciais às pessoas assistidas. Por isso, estudantes de LEA-NI têm atuado em conferências e projetos de acolhimento, por exemplo, na conferência COMIGRAR PB exercendo funções de tradutor e mediador, o que comprova a relevância de sua formação no atendimento a populações vulneráveis. Ademais, a relevância do tema também é reforçada pelos marcos internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007) reconhece que todos os povos “têm o direito a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais”. Esse princípio corrobora a necessidade de políticas de acolhimento e inclusão que respeitem as especificidades culturais dos Warao. Nesse sentido, profissionais qualificados em línguas e mediação cultural podem apoiar a tradução de direitos e a construção de práticas de apoio mais justas e interculturais. Portanto, as ações de mediação intercultural pelo profissional de LEA-NI são relevantes para formar estratégias de integração e defesa dos direitos dos Indígenas Warao no Brasil, contribuindo para preencher lacunas entre a teoria dos Direitos Humanos e a prática concreta de acolhimento a refugiados indígenas.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as contribuições da mediação intercultural para o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba, a partir do relato de experiências acadêmicas e extensionistas vivenciadas pelo autor do presente estudo. Tem-se, portanto, como objetivos específicos: (I) Identificar os impactos da migração forçada na preservação da língua e da identidade cultural do povo Warao; (II) Relatar as experiências acadêmicas e extensionistas desenvolvidas junto aos imigrantes indígenas Warao, como o projeto CONTEMP, o curso Yaotasaba Warao e a I COMIGRAR PB; (III) Discutir sobre o papel do profissional LEA-NI como agente de mediação em contextos de diversidade cultural e vulnerabilidade social e (IV) Investigar como os instrumentos internacionais e nacionais de direitos humanos orientam ações voltadas à defesa dos povos Warao.

Este relato de experiência adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica, que será realizada a partir de

uma revisão sistemática de produções acadêmicas, relatórios institucionais, pareceres técnicos e registros de eventos sobre migração Warao. Além disso, incorporam-se experiências vivenciadas pelo autor em projetos de extensão universitária e eventos relacionados aos Warao. Em projetos como o EXTENSÃO CONTEMP, o curso “Yaotasaba Warao” e a I COMIGRAR-PB, foram estabelecidos diálogos diretos com migrantes indígenas Warao, por meio dos quais foram observadas barreiras linguísticas, institucionais e culturais que dificultam sua integração. Esses relatos de campo e materiais de extensão fornecem subsídios empíricos para a discussão que aqui é desenvolvida.

A escolha pelo método qualitativo justifica-se pela necessidade de explorar as dimensões subjetivas, culturais e sociais das vivências dos Warao em situação de migração forçada. Como já exposto, os métodos qualitativos permitem obter informações mais específicas e detalhadas, oferecendo liberdade para os pesquisadores explorarem as diversas camadas analisadas respeitando a diversidade Warao.

Seguindo essa perspectiva, serão considerados os princípios éticos da pesquisa com povos indígenas, garantindo o respeito à autonomia desses povos. Em síntese, a metodologia integrará relatos crítico-reflexivos, derivados da experiência do autor, dialogando com estudos e documentos referentes às práticas sociais e culturais dos Warao, além de também refletir sobre o papel do mediador intercultural à luz dos Direitos Humanos.

Este trabalho está organizado em cinco seções, visando à progressão lógica da argumentação. A primeira seção introdutória apresenta os elementos fundamentais que sustentam o desenvolvimento do estudo. Nele são expostos a justificativa, que evidencia a relevância acadêmica e social da pesquisa, o problema de investigação e os objetivos gerais e específicos, bem como apresenta de forma sucinta, a metodologia escolhida e os referenciais que orientam a discussão apresentada sob a forma de relatos de experiência.

Depois da introdução, a segunda seção traz a fundamentação teórica com o contexto histórico e social dos Warao, apresentando sua cultura, organização social e territorialidade, além de situar as condições que levaram à migração recente para o Brasil, com destaque para o Nordeste e a Paraíba. Esse panorama fornece a base necessária para compreender as transformações culturais, linguísticas e sociais que emergem do deslocamento.

Ainda na segunda seção, refletimos sobre direitos humanos, migração forçada e

povos indígenas, explorando tanto os marcos legais internacionais quanto as políticas públicas brasileiras de acolhimento. Aqui, ganha destaque a aplicação da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) ao caso dos Warao e os desafios institucionais enfrentados por eles.

Por fim, a seção analisa o papel do profissional de LEA-NI na mediação intercultural, destacando competências linguísticas e culturais essenciais, além da necessidade de uma postura ética e sensível. A partir de contribuições como as de Duarte (2023), discute-se como esse profissional pode atuar junto a redes institucionais e organizações internacionais para promover práticas de acolhimento culturalmente adequadas.

Na sequência, a terceira seção dedica-se à metodologia da pesquisa, apresentando de forma detalhada os procedimentos adotados para a construção do estudo. A referida seção descreve a natureza qualitativa, exploratória e descritiva da investigação e justifica sua tipologia como relato de experiência, articulando-a com diferentes fontes bibliográficas. Também é evidenciado como as experiências acadêmicas e extensionistas do autor foram sistematizadas e analisadas criticamente, à luz dos direitos humanos e da interculturalidade, constituindo o alicerce teórico-metodológico que sustenta as discussões desenvolvidas durante todas as seções.

No mais, a quarta seção apresenta o relato de experiência do autor com os Warao na UFPB, descrevendo projetos de extensão, atividades acadêmicas e interações cotidianas que revelam tanto barreiras quanto estratégias de superação. Essas vivências complementam e ilustram as discussões teóricas desenvolvidas anteriormente a base de conexões com o referencial normativo.

Ademais, pode-se notar que para melhor entendimento dos fatos narrados na seção quatro, foi utilizado um recorte por eixos temáticos ligados diretamente à atuação do profissional LEANI, sendo eles linguístico, cultural e institucional. Tais subdivisões são notadas também no decorrer do trabalho mas de forma intrínseca, como fica evidente durante as considerações finais posteriormente.

Nesse sentido, a quinta seção reúne as considerações finais, sintetizando as contribuições do trabalho, avaliando o alcance dos objetivos e reconhecendo limitações. Também são apontadas recomendações para políticas públicas de acolhimento intercultural e caminhos para pesquisas futuras no campo da migração indígena e da mediação cultural.

Por fim, cada seção foi elaborada para oferecer uma visão integrada dos desafios enfrentados pelos Warao, relacionando-os à atuação do mediador intercultural estudante de LEA-NI. Dessa forma, busca-se não apenas compreender a realidade dos Warao, mas também apontar caminhos concretos para fortalecer políticas públicas e práticas de acolhimento intercultural.

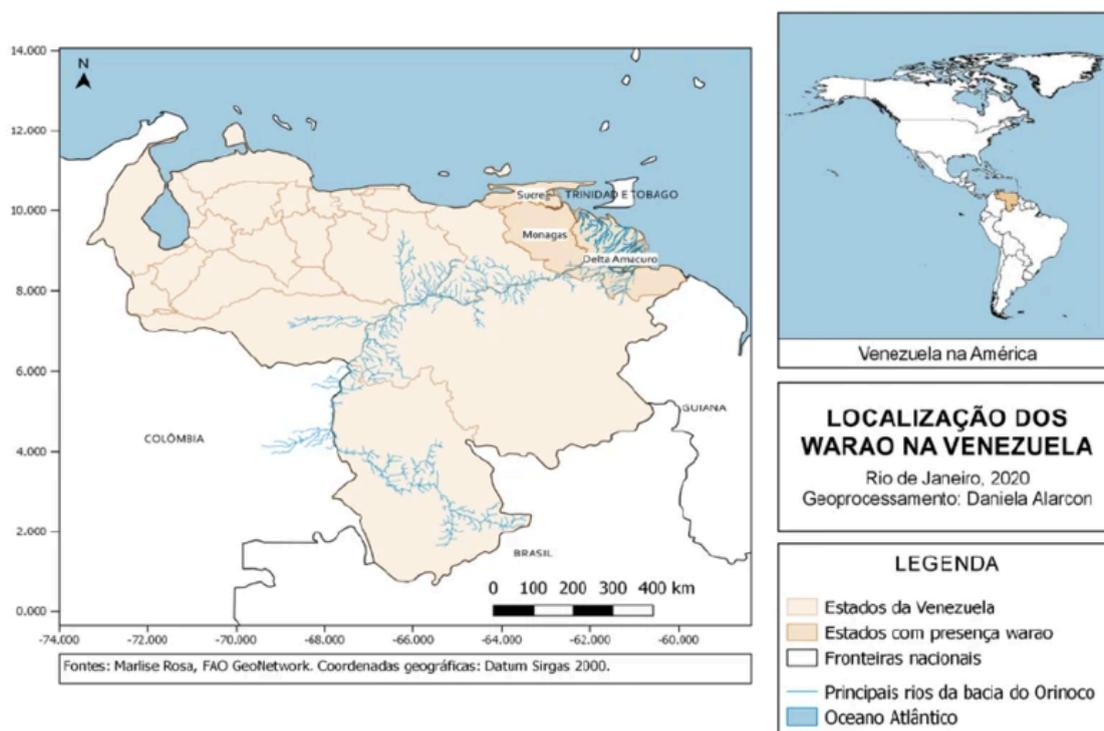
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Levando em consideração o caráter interdisciplinar e a necessidade de manter a coesão lógica citada anteriormente, a presente seção se estrutura em embasamentos teóricos que visam explicitar os contextos históricos e sociais do povo supracitado. No mais, são considerados também vagos culturais, com olhar atento para questões como migração e direitos humanos. Essa base permite criar também uma conexão com o papel do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) como mediador e agente de promoção de direitos.

2.1 ORIGEM, IDENTIDADE E PROCESSO MIGRATÓRIO DOS WARAO NA AMÉRICA LATINA

Os Warao são um povo originário do Delta do Orinoco cuja vida social e cosmologia se articulam estreitamente ao ambiente aquático. A expressão material dessa relação canoas, pesca e uso dos recursos estuarinos conforma tanto a subsistência quanto os repertórios simbólicos do grupo (Cirino, 2020; Alberto et al., 2020). A transmissão oral de saberes, rituais e narrativas é peça central na reprodução social Warao; por isso, a língua warao ocupa papel fulcral na afirmação étnica e na continuidade de práticas tradicionais (Lucena, 2023).

Figura 1 - Localização dos territórios Warao na Venezuela



Fonte: (BBC News Brasil, 2021)

A literatura disponível evidencia que, mesmo diante de fluxos migratórios, os Warao preservam estratégias de reprodução cultural, práticas performativas, produção artesanal e redes de solidariedade que funcionam como pontos de ancoragem identitária no espaço urbano (Lucena, 2021; Lucena, 2023). No entanto, a perda ou deterioração do território tradicional provoca rupturas nas formas de sociabilidade e dificulta a transmissão intergeracional de saberes, o que exige políticas de atenção específicas para salvaguardar domínios simbólicos e materiais essenciais à etnicidade Warao (Cirino, 2020).

Nesse contexto, a migração para países vizinhos, inclusive o Brasil, integra um movimento mais amplo de saída causado pela crise venezuelana: escassez de bens básicos, colapso de serviços públicos e ameaças à segurança e saúde das populações locais (ACNUR, 2021). Esses fatores configuram um caso de migração forçada, em que a mobilidade é motivada por risco à subsistência e à integridade das comunidades, como trazem Rensi e Brito (2021).

Algumas características relevantes desse deslocamento merecem destaque: trajetórias fragmentadas e prolongadas; enfraquecimento das redes locais de apoio fora do território; e exposição a mecanismos administrativos e institucionais que nem sempre reconhecem ou respondem às especificidades culturais indígenas (Cirino, 2020; MPF, 2017). Além disso, a condição de migrante indígena cria vulnerabilidades particulares, por exemplo, dificuldade de acesso a políticas públicas desenhadas sem sensibilidade étnica ou linguística, o que agrava riscos sociais e limita capacidades de reprodução cultural no destino.

2.2 WARAO NO BRASIL E NA PARAÍBA: IMPACTOS NA LÍNGUA E NAS VIVÊNCIAS SOCIAIS

Como já exposto, a migração dos Warao para o Brasil intensificou-se a partir do agravamento da crise socioeconômica e política na Venezuela, sobretudo após 2016, quando se ampliaram os deslocamentos em busca de proteção internacional e melhores condições de vida. Em comparação, no ano de 2014, havia pouco mais de 30 indígenas Warao no país; em 2016/2017, esse número saltou para cerca de 600; em 2018, para aproximadamente 1.200; e, em dezembro de 2020, alcançou cerca de 3.300 pessoas, crescimento representado na Figura 2.

Figura 2 - Histórico da presença Warao no Brasil

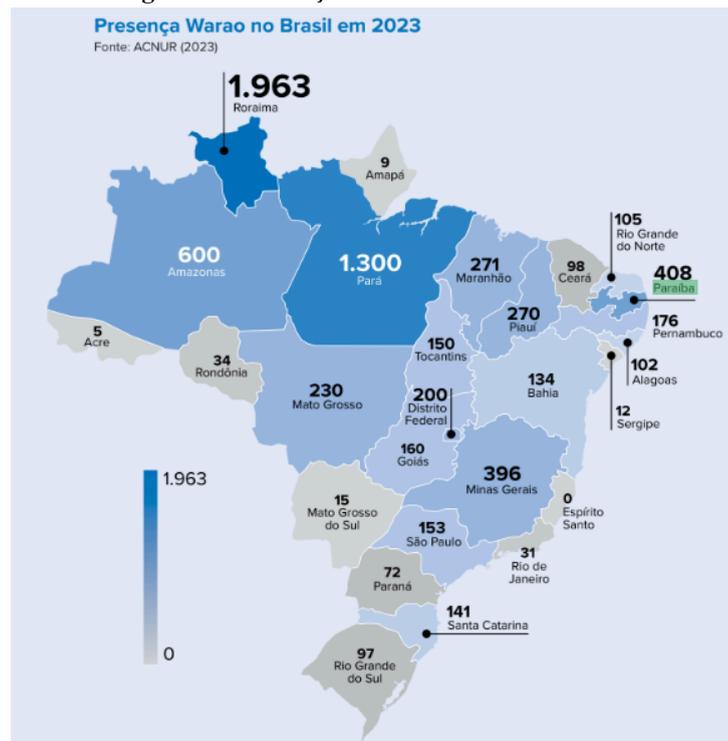


Fonte:

ACNUR (2021)

Percorrendo esse caminho temos a partir de 2019, novos fluxos migratórios que partiram de Belém rumo à região Nordeste, estabelecendo-se inicialmente em São Luís (MA), Teresina (PI) e Fortaleza (CE), e posteriormente em estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Na Paraíba, a presença Warao está ligada tanto à busca por acolhimento institucional quanto à possibilidade de inserção em redes de apoio social e iniciativas de economia solidária, fatores que contribuem para a formação de núcleos migrantes mais estáveis no estado, como mostra a figura 3 apontando que em 2023 a Paraíba já contava com 408 Indígenas Warao.

Figura 3 - Presença Warao no Brasil em 2023



Fonte: ACNUR(2024)

Nesse sentido, nota-se que na Paraíba, a presença Warao está ligada tanto à busca por acolhimento institucional quanto à possibilidade de inserção em redes de apoio social e iniciativas de economia solidária, fatores que contribuem para a formação de núcleos migrantes mais estáveis no estado. Esse movimento evidencia não apenas a dimensão geográfica da migração, mas também os desafios linguísticos, culturais e institucionais enfrentados por essa população em deslocamento forçado.

Uma vez que, nos ambientes de acolhida, especialmente em centros urbanos do Nordeste como João Pessoa, grupos Warao frequentemente vivem em condições precárias em moradias informais, trabalho informal e acesso reduzido a serviços públicos, o que se reflete em insegurança material e em limitações para o exercício de práticas culturais. Iniciativas locais (por exemplo, a I COMIGRAR PB e projetos de extensão da UFPB) têm criado portas de interlocução, porém as respostas institucionais ainda se mostram fragmentadas e dependentes de esforços pontuais.

Uma vez que, dados recentes sobre os lugares de acolhida divulgados pelo G1 PB (2025), traz que “Indígenas da etnia Warao, de origem venezuelana, vivem em abrigos superlotados e com condições sanitárias e estruturais precárias em João Pessoa.”, e vale acrescentar que esses abrigos são de responsabilidade do Estado enquanto Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH), que administra um convênio com o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) com valor de R\$ 2,5 milhões, para receber os migrantes Warao.

Porém, ainda segundo G1 PB (2025), o contrato previa o atendimento de 450 pessoas, mas atualmente estima-se um total de 620 Warao para utilizar esse serviço. Mostrando assim uma provável causa da precariedade, os espaços não foram criados em plano inicial para atender o número atual de usuários. Ademais, quase metade desses 620 Warao são crianças e idosos (como mostra o quadro 1), grupos esses que normalmente já necessitam de atenção maior e com o cenário caótico tendem a ser mais afetados.

Quadro 1 - Número de indígenas Warao em maio de 2025 em João Pessoa⁴

Faixa etária	Quantidade
Crianças de 0 a 6 anos	167
Crianças de 7 a 12 anos	107

⁴ Cabe ressaltar que, “A Secretaria de Desenvolvimento Humano também estima que entre 80 e 100 crianças warao nasceram no estado e, portanto, são paraibanas e brasileiras, embora ainda não exista um levantamento específico sobre isso.” (G1 PB, 2025)

Adolescentes de 13 a 17 anos	60
Adultos de 18 a 59 anos	256
Idosos	30
Total	620

Fonte: Produção própria com dados do G1 PB (2025)

Nesse contexto, o contato intenso com o espanhol (em trânsito) e com o português (no país de acolhida) impõe fortes pressões ao Warao⁵. A sociolinguística do caso mostra que crianças e jovens escolarizados em português tendem a priorizar a língua do entorno, abrindo caminho para processos de diglossia e substituição linguística que ameaçam a transmissão intergeracional do warao. Assim, a manutenção da língua passa a depender de medidas concretas de educação intercultural bilíngue, espaços comunitários de uso da língua e políticas que reconheçam a pluralidade linguística como direito (Custódio; Mânica, 2022; Almeida, 2023).

Logo, a inserção urbana leva a reconfigurações: práticas rituais e formas de sociabilidade são adaptadas ao espaço público e às economias informais (venda de artesanato, apresentações culturais), produzindo formas híbridas de expressão cultural como detalha Lucena (2021). Ao mesmo tempo, há perdas potenciais, repertórios técnicos, saberes ligados ao território e modalidades específicas de organização social quando não existem políticas de preservação e mecanismos educacionais de transmissão cultural.

A visibilidade Warao em espaços urbanos provoca discursos tensionados: ora a população é reconhecida como sujeita de direitos, ora é estigmatizada como “problema” social. Essa ambivalência repercute na capacidade de acesso a direitos e reconhecimento institucional, condicionando o campo de atuação de mediadores culturais e de políticas públicas. O MPF, ao recomendar ações educativas para “desconstruir o discurso preconceituoso” (MPF, 2017, p. 43), aponta para a necessidade de intervenções que unam sensibilização social e formação institucional.

2.3 DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO FORÇADA: INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS PARA A PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

⁵ Os povos Warao falam língua homônima, pertencente a uma família linguística isolada, e espanhol em níveis variados de fluência.(ACNUR,2021)

A proteção de povos indígenas, principalmente em situação de deslocamento, insere-se em uma rede de instrumentos internacionais de direitos humanos que buscam garantir não apenas a integridade física, mas também a preservação da identidade cultural e linguística. De mesmo modo, diversas ferramentas nacionais com o intuito de proteger essas comunidades também são criadas e adaptadas. Inclusive, cabe destacar o papel do profissional em LEA-NI na desconstrução da ambivalência anteriormente citada nos relatórios do MPF.

Por contexto, como trazido no ponto 2.2 o deslocamento dos Warao para a Paraíba e para outras regiões do Brasil não pode ser compreendido apenas como um fenômeno migratório numérico; trata-se de um processo que mobiliza direitos fundamentais e tensiona as estruturas institucionais brasileiras. O entendimento desses marcos normativos, torna-se essencial para mitigar legalmente os problemas sofridos por esses povos.

Nesse sentido, o presente tópico tem o intuito de apresentar, classificar e analisar seis marcos normativos, que direto ou indiretamente apoiam os povos originários em geral, mas aqui focalizado pro contexto dos Warao. Dessa forma, utiliza-se o quadro 2 como recurso visual para categorizar entre marcos internacionais e nacionais, e ao mesmo tempo nomear de M1 a M6 com intuito de melhor desenvolver as discussões sobre os mesmos.

Quadro 2 - Comparação correspondências dos marcos normativos

MARCO NORMATIVO	NACIONAL	INTERNACIONAL	CORRESPONDÊNCIA
Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)		✓	M1
Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996)		✓	M2
Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)		✓	M3
Constituição Federal do Brasil de 1988	✓		M4
Legislação migratória e de refúgio	✓		M5
Jurisprudência e órgãos institucionais	✓		M6

Fonte: Produção própria (2025)

Assim, partindo da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (M1), que reconhece o direito à autodeterminação, às instituições próprias e ao controle sobre recursos e territórios. Conectando com a situação dos Warao, que perderam acesso direto ao território ancestral, a aplicação desse marco no Brasil envolve não apenas o acolhimento

físico, mas também o respeito a seus sistemas socioculturais, buscando compatibilizar o direito à mobilidade com a preservação de modos de vida tradicionais.

Outrossim, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (M2) reforça esse quadro ao destacar que as línguas indígenas são parte inseparável dos direitos humanos. No contexto paraibano, onde os Warao encontram barreiras linguísticas em serviços públicos e escolas, o princípio dessa declaração exige políticas bilíngues e interculturais para evitar que a língua Warao seja substituída por completo pelo português, comprometendo sua identidade coletiva.

Nesse mesmo sentido, a ACNUR (M3), por sua vez, chama atenção para a especificidade dos deslocamentos indígenas e recomenda estratégias diferenciadas de acolhimento. Isso dialoga diretamente com o que vem sendo observado nas ações extensionistas relatadas neste estudo, nas quais a barreira linguística, a dificuldade de acesso a direitos e a necessidade de mediação intercultural são constantes.

Partindo do ponto de vista nacional, a Constituição Federal de 1988 (M4) garante, em seu artigo 231, o reconhecimento dos costumes, línguas e tradições dos povos indígenas, abrindo margem para que políticas públicas estaduais e municipais possam atender também os migrantes indígenas. Na prática, esse dispositivo tem servido de fundamento para ações do Ministério Público Federal e de órgãos da Defensoria Pública que atuam na defesa dos direitos dos Warao.

Contudo, as legislações migratórias e de refúgio (M5) ainda não contemplam explicitamente a situação de povos indígenas transfronteiriços. Essa lacuna leva à aplicação de normas pensadas para migrantes “comuns” a um grupo que possui necessidades culturais e jurídicas diferenciadas, gerando riscos de invisibilização e de perda de direitos. Tal problemática se comprova em trecho de parecer do MPF (2017)

[...] diante da ausência de medidas concretas de abrigo e da falta de uma política de migração em Manaus, o MPF expediu a Recomendação No 05/2017/5o Ofício, cobrando uma atuação articulada entre os poderes públicos municipal, estadual e federal no sentido de implementar ações de assistência humanitária aos imigrantes venezuelanos em Manaus. Tais ações deveriam incluir todos os “serviços com vistas ao tratamento digno que deve ser dispensado à pessoa humana”, chamando a atenção para a urgência do abrigo dos indígenas que se encontram em situação de rua e vulnerabilidade. (MPF, 2017, p. 32-46).

É nesse ponto que a jurisprudência e os órgãos institucionais (M6), como MPF e STF, desempenham papel fundamental: ao consolidar manuais e pareceres técnicos, reconhecem que os direitos culturais e linguísticos não se extinguem na migração e que os povos indígenas, mesmo deslocados, devem ser protegidos de maneira especial.

No mais, outros pareceres técnicos do MPF, já alertavam para a vulnerabilidade dos Warao em Roraima e recomendavam políticas públicas específicas, sinalizando que essa abordagem deveria ser replicada. Assim, ao relacionar esses marcos com a realidade Warao, percebe-se que não se trata apenas de normas abstratas: elas fornecem o respaldo jurídico e ético para a mediação intercultural especialmente o trabalho do profissional LEA-NI, garantindo que os direitos humanos não sejam apenas princípios abstratos, mas práticas concretas.

2.3.1 Desafios Institucionais e Sociais na Proteção dos Warao

Apesar da existência de marcos normativos robustos como os citados na seção, a realidade vivida pelos Warao migrantes no Brasil revela profundas contradições entre teoria e prática. Uma dessas contradições consiste na invisibilidade institucional: os Warao frequentemente não são reconhecidos como indígenas pelos sistemas locais de assistência, sendo enquadrados apenas como migrantes. Essa invisibilidade compromete o acesso a políticas diferenciadas de saúde, educação e habitação, ampliando vulnerabilidades (Rensi; de Brito, 2021).

Além disso, a estigmatização e o preconceito representam barreiras sociais significativas, uma vez que estudos etnográficos identificam discursos que associam os Warao a problemas urbanos, como mendicância e desordem, dificultando sua integração e reforçando estereótipos negativos. O Ministério Público Federal (2017) enfatiza que a desconstrução desses discursos é condição indispensável para políticas de acolhimento efetivas.

Paralelamente, as barreiras linguísticas agravam ainda mais essas desigualdades, pois a ausência de tradutores, intérpretes e mediadores culturais nos serviços públicos restringe o acesso a direitos básicos, desde consultas médicas até o acompanhamento escolar, cenário que contrasta com as recomendações da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) e de organismos internacionais como o ACNUR.

Soma-se a isso a fragmentação das respostas institucionais, evidenciada pela falta de articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais, o que compromete a efetividade das políticas de acolhimento; em muitos casos, essas ações ficam restritas a iniciativas pontuais de universidades e organizações não governamentais, insuficientes para garantir respostas coordenadas e de longo prazo (Monteiro; Wenczenovicz, 2023).

Esse cenário, ao revelar os descompassos institucionais, traz à tona os efeitos diretos da migração forçada sobre a preservação da língua e da identidade cultural dos Warao. Ao

mesmo tempo, demonstra a importância da mediação intercultural como caminho para enfrentar essas lacunas, buscando responder às fragilidades do acolhimento e fortalecer a proteção dos direitos humanos desse povo.

2.4 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE LEA-NI NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Com uma formação híbrida⁶, o curso de LEA-NI combina proficiência linguística, conhecimento sobre negociações e familiaridade com instrumentos e rotinas da cooperação internacional, tornando o egresso apto a operar em escalas que vão do atendimento comunitário à interlocução com agências multilaterais. Em contextos como o acolhimento dos Warao, essa dimensão negocial é estratégica: o profissional traduz necessidades locais em propostas técnicas, negocia protocolos de atendimento multilíngues e articula parcerias entre universidades, gestores públicos e organismos internacionais (Sato, 2010).

Na prática, a perspectiva negocial requer capacidades específicas: (I) elaboração de *briefs* concisos e multilíngues que condensem diagnósticos e recomendações; (II) facilitação de mesas técnicas entre representantes comunitários e gestores; (III) redação de termos de cooperação e protocolos de atendimento adaptados à realidade cultural; e (IV) utilização de evidências bibliográficas (relatórios, pareceres) para fundamentar pedidos de financiamento ou mudanças administrativas. Essa atuação é complementar às ações jurídicas e políticas, pois converte direitos e normas muitas vezes abstratos em instrumentos operacionais compreensíveis por atores locais e gestores (Rensi; de Brito, 2021).

Além disso, o profissional formado em LEANI⁷ deve saber adaptar linguagens e formatos de comunicação segundo a escala da negociação: linguagem técnica e evidências para doadores e agências; linguagem mediada e validada para gestores municipais; linguagem comunitária participativa para promover a legitimação e corresponsabilidade das ações. Em suma, a perspectiva de negociações internacionais amplia o alcance do mediador: não se trata apenas de traduzir mensagens, mas de transformar demandas culturais em projetos, protocolos e políticas viáveis.

⁶ De acordo com a apresentação do curso disponível em domínio público no site institucional da UFPB o egresso deste curso tem como qualificações básicas a competência cultural e comunicativa em três línguas estrangeiras: inglês, francês e espanhol Além de técnicas de negociações internacionais, capacidade de assessorar, mediar e coordenar quaisquer trocas internacionais, sejam de natureza comercial ou não comercial, partindo de uma abordagem multi e interdisciplinar.

⁷ Além disso, estudantes e professores de Línguas Estrangeiras Aplicadas autoproclamam-se LEADOR, termo que combina LEA (Línguas Estrangeiras Aplicadas) e NEGOCIADOR. Embora sua origem seja incerta, o uso é amplamente reconhecido internamente e reflete a atuação profissional voltada à mediação e negociação intercultural.

2.4.2 Mediação Linguística, Cultural e Social

Ainda no que tange o papel da mediação exercida pelo profissional LEA-NI, articulam-se três dimensões interdependentes: linguística (garantir entendimento e acesso à informação), cultural (traduzir sentidos e valores) e social (facilitar o acesso a serviços e redes). Essa mediação deve ser entendida como prática ativa e reflexiva, que combina técnicas de interpretação e tradução com procedimentos etnográficos mínimos e processos participativos de validação.

No campo linguístico, a atuação inclui interpretação comunitária em atendimentos de saúde, educação e assistência social, bem como a tradução adaptativa de documentos (formulários, guias de direitos, termos de consentimento). A interpretação comunitária aqui recomendada é do tipo *liaison interpreting*, isto é, não apenas passagem literal de enunciados, mas contextualização de termos técnicos e verificação de compreensão recíproca. A produção de materiais multilíngues (vídeos curtos, folhetos ilustrados, glossários temáticos) co-produzidos com a comunidade é prática central para ampliar o acesso e reduzir mal-entendidos institucionais.

Na parte cultural, a mediação exige sensibilidade etnográfica: aprender calendários rituais, normas de comportamento, tabus e formas de autoridade é condição para evitar que intervenções públicas entrem em choque com regras comunitárias. O mediador deve praticar uma escuta cultural que permita identificar quando um procedimento técnico (por exemplo, a exigência de presença em unidade de saúde em horário fixo) conflita com dinâmicas comunitárias (por exemplo, rituais sazonais), negociando alternativas que respeitem ambas as lógicas (Lucena, 2021; Lucena, 2023).

Na dimensão social, a mediação articula fluxos: agendamento e acompanhamento de consultas, suporte em processos de documentação, encaminhamento escolar e mediação em processos de regularização migratória. O mediador funciona como ponte operacional entre a família e a rede de serviços, reduzindo assimetrias informacionais e burocráticas. Para tanto, recomenda-se a adoção de protocolos simples de atuação (registro do atendimento, termos de consentimento, checklists de encaminhamento) e rotinas de supervisão que garantam transparência e rastreabilidade das intervenções (MPF, 2017).

Além disso, é importante reforçar que a mediação linguística, cultural e social não substitui políticas públicas, mas atua para que estas sejam efetivas. Para ser legítima e sustentável, a mediação tem de ser coproduzida com a comunidade, incluir formação de

mediadores comunitários e prever mecanismos de avaliação participativa que considerem indicadores qualitativos e quantitativos.

No mais, ao facilitar comunicação e acesso a serviços, o profissional LEA-NI desempenha papel concreto na efetivação de direitos humanos: reduz barreiras que impedem o exercício de direitos civis, sociais e culturais e promove condições para que normas e recomendações nacionais e internacionais se traduzam em práticas. Essa ação é eticamente ancorada nos princípios da dignidade, não discriminação, autonomia cultural e consentimento informado (ONU, 2007)⁸.

Além de que o escopo de atuação como agente de Direitos Humanos inclui: produzir relatórios e pareceres que sustentem demandas por políticas bilíngues e programas de proteção; formação e sensibilização de servidores públicos para práticas de atendimento intercultural; apoio a processos de documentação e acesso a benefícios; e promoção de mecanismos de prestação de contas que integrem a voz comunitária nas avaliações de políticas.

Por fim, é importante acrescentar que a cooperação internacional oferece instrumentos técnicos, modelos de boas práticas e fontes de financiamento que também podem ser decisivos para o sucesso de ações de acolhimento intercultural. E nesse sentido, o papel do profissional em LEA-NI aqui é estratégico ao articular demandas locais com redes interinstitucionais, atuando como mediador capaz de entregar projetos com alcance global, garantindo legitimidade social e respeito à autonomia comunitária.

⁸ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

3. METODOLOGIA

No que se refere à metodologia utilizada para estruturar a atual pesquisa, pode-se explicitar a natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo com a utilização do gênero textual relato de experiência, embasado em referenciais bibliográficos, com a finalidade de alicerçar o estudo. Sendo possível assim, discorrer sobre as contribuições da mediação intercultural para o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba, utilizando materiais próprios e de terceiros sobre a temática.

Outrossim, como perscrutado por Gonzales (2020), o papel do pesquisador em um estudo qualitativo é regido como o sujeito pensante, atento e interessado pelo assunto investigado. Por isso, o presente trabalho bebe da fonte qualitativa de pesquisa com intuito de se aproximar do objeto de reflexão, utilizando também a percepção direta do autor para influir na possível resposta à questão-problema: *como a mediação do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pode contribuir para superar as barreiras linguísticas, culturais e institucionais no acolhimento de migrantes indígenas Warao?*.

No mais, o método qualitativo possibilita que essa pesquisa investigue relatórios institucionais gerados através da experiência acadêmica, apresentados pelo autor em diferentes convenções universitárias, bem como registros visuais que juntos concretizam o segundo objetivo específico, que é relatar as experiências acadêmicas e extensionistas desenvolvidas junto aos imigrantes indígenas Warao, como o projeto CONTEMP, o curso Yaotasaba Warao e a I COMIGRAR PB.

Ademais, a abordagem exploratória se justifica pela clara complexidade acadêmica de se trabalhar e analisar conteúdos gerados a partir de um cenário caótico vivido pelos Warao diante da migração forçada, como explicam Lösch, Rambo e Ferreira (2023):

As pesquisas exploratórias vêm sendo utilizadas cada vez mais para investigar os fenômenos complexos da realidade educacional. Esse tipo de investigação busca respostas para questionamentos e dedica-se a identificar e compreender fatos/acontecimentos da educação que precisam ser explorados. Não se trata de uma simples consulta popular, o propósito é envolver o sujeito que participará desse processo de investigação em um momento de reflexão, análise da realidade e produção de conhecimento. (Lösch, Rambo; Ferreira, 2023, p. 3-18)

E adicionalmente com o intuito de fortalecer o estudo, foi utilizada como complemento estratégico também a abordagem descritiva que Gil (2017) pontua ter como objetivo principal

caracterizar as propriedades, os comportamentos ou as condições de determinada população ou fenômeno, podendo também identificar relações entre variáveis e contextos analisados. Tal finalidade dialoga diretamente com as necessidades de descrição da quarta seção, que trata do relato de experiência, permitindo conectar a base teórica ao campo extensionista.

As reflexões desenvolvidas por meio do referencial bibliográfico se legitimam pela necessidade de compreender o fenômeno migratório, social e cultural sofrido pelos povos supracitados, bem como identificar os impactos gerados, conforme apontam Lösch, Rambo e Ferreira (2023, p. 12-18): “Na pesquisa bibliográfica, o profissional envolvido analisa e avalia criticamente as fontes bibliográficas coletadas durante o levantamento bibliográfico[...]”.

Dessa maneira, partindo também da necessidade de explorar as dimensões subjetivas, culturais e sociais das vivências dos Warao emprega-se o método de revisão bibliográfica que engloba desde os elementos já citados, como avaliações feitas pelos Indígenas Warao documentadas em canal público do Youtube⁹, durante o curso de economia solidária Yaotasaba Warao, onde o presente autor atuou como parte da equipe organizadora interagindo diretamente com os mesmos, semanalmente.

Ademais, o trabalho consiste em relatos de experiências do autor sobre suas práticas extensionistas, dialogando com referenciais bibliográficos, de modo a explorar as descrições aqui apresentadas de forma crítica e também reflexiva como defende Silva (2023)

O relato de experiência é um gênero textual que tem se destacado no meio acadêmico por sua capacidade de apresentar, de forma reflexiva e crítica, vivências pessoais e profissionais. Esse tipo de texto é utilizado em diversos campos de estudo, artigo, como na saúde, na educação e nas ciências sociais. (Silva, 2023, p. 40-99)

Nesse contexto, pode-se notar principalmente na quarta seção, uma junção de vivências, uma vez que, partindo na dimensão multidisciplinar das ações com os Warao que utilizavam-se desde a língua, até fatores culturais o relato de experiência serve como alicerce para enobrecer o estudo. Pois, segundo Silva (2023) esse instrumento tende a ser uma maneira importante de se obter dados empíricos e de se compreender a vida social dos envolvidos.

Assim, partindo do ponto anteriormente citado na seção dois, relacionado à formação híbrida do profissional em LEA-NI, foram utilizados três recortes metodológicos como parâmetro de inclusão para os episódios narrados bem como maneira de organizar o relato de experiência: (I) o eixo linguístico, voltado ao uso do espanhol, tradução e mediação de sentidos, amparado pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), bem como (II) o eixo cultural, voltado aos choques, negociações e adaptações, fundamentado em Duarte

⁹ Youtube: Contemp UFPB

(2023) sobre a atuação do mediador intercultural; e, ainda, (III) o eixo institucional, centrado nas barreiras, apoios e políticas públicas, sustentado pelo relatório do ACNUR (2021) sobre a proteção dos Warao no Brasil. Esses recortes metodológicos orientaram a seleção e a discussão das experiências aqui apresentadas, garantindo coerência entre fundamentação teórica e prática vivenciada.

Assim, à luz dos direitos humanos segurando-se entre diferentes normativas, leis, relatórios federais e políticas nacionais e internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), o presente estudo acolhe os princípios morais de pesquisas com povos indígenas, garantindo um olhar ético, respeitoso e de autonomia à cultura dos mesmo.

Portanto, temos como objetivo geral refletir sobre as contribuições da mediação intercultural para o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba. Como objetivos específicos, temos: a) identificar os impactos da migração forçada na preservação da língua e da identidade cultural do povo Warao; b) relatar as experiências acadêmicas e extensionistas desenvolvidas junto aos imigrantes indígenas Warao, como o projeto CONTEMP, o curso Yaotasaba Warao e a I COMIGRAR PB; c) discutir sobre o papel do profissional LEA-NI como agente de mediação em contextos de diversidade cultural e vulnerabilidade social, e d) investigar como os instrumentos internacionais e nacionais de direitos humanos orientam ações voltadas à defesa dos povos Warao como outros objetivos específicos do estudo.

As experiências relatadas neste trabalho decorreram de três frentes principais, que funcionaram como espaços de aplicação prática dos conteúdos estudados e de aproximação com a realidade migrante. Primeiramente, o Projeto CONTEMP – Metodologias Contemporâneas em Contabilidade que é uma ação de extensão interdisciplinar, vem articulando ensino e pesquisa para aproximar a UFPB das demandas sociais, especialmente em temas como economia solidária e gestão comunitária. Depois, a I COMIGRAR PB – Conferência Estadual de Migração, Refúgio e Apátridas da Paraíba que constituiu um momento de mobilização e visibilidade dos povos migrantes no estado, permitindo observar de perto estratégias de acolhimento e formulação de políticas públicas. E, ainda, o curso de economia solidária Yaotasaba Warao, ministrado em espanhol com participação ativa de estudantes de LEA-NI, que buscou capacitar indígenas Warao para o trabalho associado e para a inserção em iniciativas de economia solidária, reforçando práticas produtivas e a preservação de saberes tradicionais.

4 MEDIAÇÃO INTERCULTURAL EM PRÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROFISSIONAL DE LEA-NI EM FORMAÇÃO, COM OS INDÍGENAS WARAO

A presente seção segue mantendo a conexão progressiva deste trabalho, trazendo relatos de experiência referentes a ações de mediação cultural para aprofundamento e uma coerente descrição das experiências do autor com os indígenas Warao. Essas vivências complementam, e ilustram as discussões teóricas desenvolvidas nas seções anteriores principalmente no que tange às ações de um profissional de LEA-NI em formação com os Warao, possibilitando também englobar os quatro objetivos específicos da presente pesquisa.

4.1 PROJETOS DE EXTENSÃO CONTEMP, CURSO YAOTASABA WARAO E A I COMIGRAR PB

Em agosto de 2021 foi iniciada uma relevante fase na vida acadêmica do autor deste trabalho, a saber, o seu ingresso no curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais e, de forma conjunta e posterior, a sua participação em diferentes ações universitárias. Nesse sentido, inicia-se o que seria até então uma breve experiência com os indígenas Warao, uma vez que surge a oportunidade de usar os conhecimentos adquiridos até então nas ciências humanas e sociais aplicadas, para aplicá-los dentro do projeto de extensão CONTEMP¹⁰, bem como adquirir novos saberes.

Cabe situar temporalmente que as atividades do presente autor no âmbito do referido projeto extensionista iniciaram-se em 2022 (*cf.* anexo E), dentro do contexto social em que estavam posicionados os indígenas Warao, de migração forçada. E, como anteriormente trazido nas reflexões teóricas, sobre os agravantes e impulsionamentos negativos em relação à língua, à cultura e direitos humanos, o trabalho da academia enquanto ações de extensão se tornou crucial para mitigar tais impactos.

Ainda nesse sentido, entende-se por CONTEMP um projeto de extensão vinculado à UFPB que estava em seu quarto ano de atuação, tinha como propósito inicial oferecer aos

¹⁰ O curso Economia Solidária Yaotasaba Warao foi realizado de 01/10/2022 a 03/12/2022, contando com a participação de Victoria Puntriano Zuniga de Melo (ministrante – CCSA/DFC), Ramon Gomez Quiñonez (consultor externo), Águeda Teotônio Jó, Valdério Freire de Moraes Junior, Lyandra Simplicio Tavares, Thales Ferreira Fideles (autor da presente pesquisa, aluno voluntário – CCHLA), Danilo Lima Pereira, Augusto Pereira Alves Filho, Jamerson Bezerra Lucena e Alicia Ferreira Gonçalves, entre docentes, discentes e colaboradores. Os dados sobre os participantes estão registrados em domínio federal e podem ser acessados por meio do SIGAA/UFPB.

estudantes de Ciências Contábeis e áreas afins, a compreensão das diversas abordagens metodológicas, tanto de caráter quantitativo quanto qualitativo, aplicáveis à elaboração de trabalhos de conclusão de curso (SIGAA, 2022).

Porém com o tempo, o projeto ampliou seu alcance, passando a atender também comunidades socialmente vulneráveis, como os indígenas Warao, por meio de capacitações em economia solidária, gestão de recursos e temas multidisciplinares. Essa atuação aproximou estudantes universitários de realidades interculturais, como é o caso do presente autor como então estudante de LEA-NI promovendo trocas de saberes e experiências que fortaleceram tanto a formação acadêmica quanto o compromisso social dos alunos participantes¹¹.

Nessa conjuntura, surge o curso Yaotasaba Warao, com o objetivo de capacitar esses povos para a organização do trabalho associado no âmbito da economia solidária. Ministrado em espanhol, com alunos de LEA-NI para auxiliar na mediação linguística e cultural. O autor participou ativamente como voluntário, apoiando a comunicação, o planejamento e o acompanhamento das atividades (cf. anexo D), contribuindo para que os participantes do projeto compreendessem o funcionamento da economia solidária e pudessem se organizar em torno do trabalho coletivo.

O curso disponível integralmente no YouTube, contou com dez aulas e gerou também ações práticas como feiras para vendas de produtos produzidos pelos Warao, com registros no anexo B de um desses momentos. Durante o período de participação do autor de quase dois anos no projeto Contemp, conforme certificados presentes nos anexos F e G, as trocas com os indígenas Warao foram valiosas e constantes.

Nesse sentido, cabe compartilhar a falta de estrutura física e fixa, como casas e abrigos para esses povos na época, relatos compartilhados da liderança Warao com o autor apontam para famílias que precisaram ser separadas durante a migração forçada, onde alguns membros se encontravam no estado da Paraíba e outros em estados vizinhos, esse relato segue o que documentam diferentes textos, como o trecho a seguir retirado de relatórios oficial ACNUR

Nos locais destinados ao acolhimento institucional em contexto de violação de direitos, os indígenas não somente ficam **separados de seus familiares**, mas se veem privados da liberdade de ir e vir, trancados em uma estrutura na qual não conseguem vivenciar sua etnicidade, estranhando a comida e a ausência de redes de descanso. ACNUR (2021, p. 50-72, grifo nosso).

Ainda na questão da adaptação social, durante as aulas era possível ver alguns dos lugares de abrigo que os Warao viviam, eles também descreviam esses lares temporários e

¹¹ O termo **participantes** nesse trecho faz referência aos alunos voluntários da equipe do projeto Contemp

muitas das vezes eram descrições e imagens de ambientes caóticos pela superlotação, precariedade e falta de familiaridade para esses povos. Como podemos observar na **figura 4** tirada em uma das sete casas de acolhimento espalhadas por João Pessoa.

Figura 4 - Situação do abrigo



Fonte: G1 PB (2025)

Inclusive, a seção dois aponta as possíveis causas dessa precariedade vista na imagem, sendo difícil de ver, mas pior de se viver. Ainda dentro do contexto dos impactos sofridos, com alguma frequência durante as aulas de economia solidária ocorria de algum dos participantes do projeto¹² precisarem faltar por motivos de doença. Faz-se necessária essa pontuação, porque entre janeiro de 2019 e abril de 2025, vinte e dois indígenas Warao morreram na Paraíba e 73% das mortes estão ligadas a doenças que poderiam ser evitadas ou tratadas com intervenções básicas de saúde pública e saneamento (G1 PB, 2025).

Esses dados abrem caminho para a necessidade de mais pesquisas no que tange ao ecossistema de saúde desses povos, como também evidenciam uma clara quebra de direito, como traz o Art. 24 da ONU (2007) que ecoa aos quatro cantos do mundo de forma clara que

¹² Nesse trecho o termo participantes do projeto faz referência aos indígenas Warao, enquanto público alvo da ação extensionista

“[...] As pessoas indígenas têm também direito ao acesso, sem qualquer discriminação, a todos os serviços sociais e de saúde”. Assim sendo, cabe aos órgãos públicos investigar caminhos que evitem subtrair o direito à saúde e por consequência a vida.

Nesse sentido, outra reportagem do (G1 PB, 2025), explica que as próprias lideranças indígenas atuam como intermediadores culturais para facilitar a comunicação em consultas médicas e explicar procedimentos. Tal processo é necessário pelo que já aqui explorado que é a necessidade de mediadores capazes de intercalar uma gama de conhecimentos específicos para atuar nessas práticas, na falta desses profissionais os indígenas com mais conhecimentos ficam responsáveis por esse trabalho.

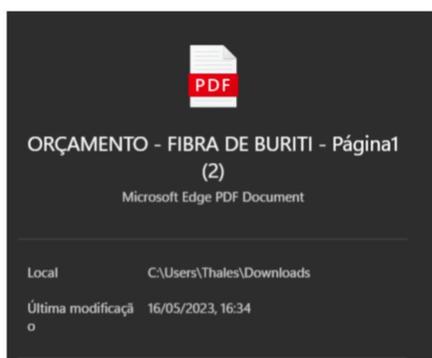
Durante as experiências do autor com esse grupo de alunos do curso Yaotasaba Warao, ficaram claras as necessidades de intermediação, uma vez que, se utilizava sempre o espanhol para comunicação, criação de materiais didáticos e realização das aulas. Essa dinâmica assegurava a todos os presentes absorver o conteúdo da melhor forma, mas durante as trocas comunicacionais os Warao ensinavam palavras/expressões no seu idioma original.

Outrossim, na finalização do curso a equipe organizou uma feira para venda de artesanato Warao, nesse processo foi possível ser vivenciado pelo autor o expandimento do conhecimento na arte e cultura do povo supracitado, várias peças feitas à mão desde redes, colares, brincos até brinquedos. Porém, eram compartilhados por parte deles relatos de preocupação em relação à falta de insumos necessários para dar continuidade a produção dessas obras.

Figura 5 - Orçamento Fibra de Buriti

ORÇAMENTO - FIBRA DE BURITI

ORÇAMENTO - FIBRA DE BURITI					
Levando em consideração 1 quilo de Buriti					
Fornecedor	Valor do Buriti	Valor da Entrega	Prazo de entrega	OBS	contato
Manoel(Maranhão)	R\$ 130,00 por kg	R\$ 10,00 por kg	3 dias	A partir de 15kg não cobra frete	98 98178-0194
SISALSUL	R\$ 89,00 por kg	R\$ 40,70 por kg	De 10 à 25 dias	O valor está na promoção, o preço normal é: R\$105,00	SISALSUL



Fonte: Arquivos próprios

Nesse sentido, o presente autor realizou pelo projeto CONTEMP o orçamento da matéria-prima utilizada pelos Warao para confecção de artesanatos figura 5, para uma possível compra no intuito de ajudar na produção de mais artesanias. Essa tarefa, ocorreu em 2023, na época a extensão realizou também uma ação para recolher valores monetários através de doações e também com a venda dos produtos, para movimentar a economia deles, incentivando o trabalho coletivo.

Além disso, pôde-se notar em muitos dos contatos com eles, uma hierarquia marcada pela liderança masculina, em que as mulheres não se comunicavam diretamente com a equipe do projeto e os homens preferiam tratar questões e conversar mais com os membros também homens do projeto. Assim, procurava-se sempre respeitar esses rasgos culturais, tentando ao máximo não influenciar na perda da identidade socialcultural que ainda existia na época mesmo em meio à mudança territorial.

Na perspectiva da comunicação, pelo curso de economia solidária ter sido oferecido online, foi necessária uma aproximação da tecnologia da plataforma utilizada¹³ com os alunos, sendo responsabilidade da equipe a criação de E-mails, logins e tutoriais para deixar todos na mesma página de conhecimento. A adaptação nos primeiros encontros foi necessária, por ser um novo ambiente online para todos, e coisas básicas para uns como ligar e desligar câmera e microfone na sala podem ser difíceis para outros.

Outra habilidade posta em prática durante o período de atividade no projeto, foram os domínios nas ciências contábeis, durante as feiras idealizadas para que fossem vendidos os artesanatos Warao. Já que os cálculos, recebimento de transferências e contabilidade das vendas eram intermediadas pela equipe extensionista, para garantir o sucesso das transações.

Quadro 3 - Programação do curso de economia solidária

PROGRAMAÇÃO	Nº DA AULA	PROGRAMAÇÃO	Nº DA AULA
APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES, DA EQUIPE E DA PROPOSTA DO PROGRAMA	A1	CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, ANTECEDENTES HISTÓRICOS NO BRASIL	A6
NOÇÕES BÁSICAS DE RECIPROCIDADE CONTEXTUALIZADA NO CONTEXTO WARAO	A2	FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	A7
FORMAS DE TRABALHO ASSOCIADO/ATIVIDADE PRODUTIVA COLETIVA NO BRASI	A3	Ecosol e governo	A8
EXPERIÊNCIAS DE GRUPOS DE ARTESANATO NO BRASIL	A4	MOVIMENTOS E RESISTÊNCIAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	A9
MATERIAIS QUE SERIAM UTILIZADOS EM ARTESANATO	A5	Encerramento do curso: experiências	A10

Fonte: Produção própria com dados do Sigaa (2025)

¹³ A plataforma utilizada foi o google meet

Partindo da programação do curso registrada no SIGAA, o presente autor construiu o quadro três acima com a numeração A1 a A10 para sistematizar os temas trabalhados, sendo A1 correspondendo à primeira aula, e assim sucessivamente até a aula dez. Essa estratégia tornou mais claro o caminho percorrido ao longo do curso, da introdução aos conceitos de economia solidária às discussões sobre perspectivas futuras e encerramento, servindo como ponto de partida para o relato das experiências em cada aula.

Ademais, no desenvolvimento das ações, foi possível vivenciar, de forma concreta, os três eixos metodológicos definidos para este trabalho. Podendo-se afirmar, que no eixo linguístico, a experiência com os Warao materializou aquilo que a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) preconiza: o direito de acesso bilíngue e a preservação da língua materna.

Já no primeiro encontro do curso de Economia Solidária¹⁴, o autor acompanhou uma etapa de acolhimento e escuta ativa dos participantes Warao. A atividade começou com apresentações individuais: cada participante dizia seu nome, relatava como era a vida em sua comunidade de origem na Venezuela, o tempo de permanência no Brasil, os lugares por onde havia passado e o que esperava aprender no curso.

Assim muitos compartilharam detalhes sobre seu modo de vida tradicional conectando com o que a ACNUR(2024) afirma que os Warao representam o grupo humano mais antigo da Venezuela. Isso foi notado quando explanaram sobre a pesca, o artesanato e as redes de trocas comunitárias e comentaram os desafios de adaptação no Brasil, incluindo dificuldades para conseguir materiais, espaços de venda, apoio governamental e continuidade de seus projetos produtivos. Também falaram sobre a importância da culinária típica e das possibilidades de gerar renda por meio da produção de alimentos tradicionais, além das artesanias feitas com fibras naturais.

Esses diálogos iniciais permitiram perceber uma pluralidade de trajetórias: alguns Warao atuaram como educadores, intérpretes ou lideranças comunitárias antes da migração, outros vieram com experiências em organizações sociais ou em projetos de economia solidária na Venezuela. Ademais, o autor observou como os participantes articulavam suas memórias, saberes e expectativas, criando um espaço de troca intercultural que valorizava tanto os conhecimentos já existentes quanto às novas possibilidades de aprendizado.

Além das apresentações e da escuta das histórias de vida, o primeiro encontro revelou

¹⁴ A maior parte das experiências aqui trazidas relacionadas ao curso, podem ser acessadas no canal do YouTube Projeto Contemp, onde estão salvas as aulas do curso.

questões práticas que orientaram a condução do curso: a equipe expôs um cronograma inicial de dez encontros, explicou a estratégia de gravação das aulas para quem tivesse dificuldades de acesso e propôs a produção coletiva de materiais (inclusive um ebook), ressaltando a intenção de dar continuidade ao trabalho após o módulo inicial.

Notaram-se também desafios técnicos como problemas de conexão e uso de microfones, que levaram à definição de sessões de teste e à criação de um canal de comunicação via WhatsApp para centralizar dúvidas e enviar instruções; identificou-se ainda a possibilidade de articulação local entre participantes Warao para apoio mútuo nas entradas e testes.

Já a segunda aula do curso, foi dedicada às noções de reciprocidade e ao chamado “factor C” que é a ideia de que coletividade, colaboração e companheirismo sustentam comunidades produtivas, nesse contexto o autor atuou novamente junto a equipe como mediador, contribuindo para que as vozes Warao pudessem explicitar saberes práticos e desafios econômicos herdados do seu território de origem.

Nesse sentido a discussão trouxe relatos ricos sobre pesca, agricultura de subsistência, fabricação de *chinchorros*¹⁵ e outros artesanatos em fibra de *moriche*¹⁶, e revelou problemas concretos: a dependência de atravessadores que pagam preços muito baixos, a perda de valor quando se usa nylon em vez de fibras naturais e a dificuldade de acesso a crédito, transporte e matéria-prima.

Tais relatos se encaixam com perfeição no eixo cultural, tal como discute Duarte (2023), o mediador intercultural não atua apenas traduzindo palavras, mas negociando realidades. Em contato direto com as famílias Warao, foi necessário lidar com choques culturais, expectativas divergentes e diferentes concepções de mundo, desde hábitos alimentares até práticas socioculturais, exigindo escuta ativa, adaptações constantes e sensibilidade às diferenças.

Outrossim, em meio a essas falas, surgiram propostas como compras coletivas de insumos, rotatividade nas funções de gestão comunitária, feiras em espaços universitários e iniciativas gastronômicas (arepas, empanadas) como fonte de renda que o autor ajudou a sistematizar para os próximos encontros. Também se discutiram estratégias operacionais, como fundos rotativos e formas de negociar diretamente com o consumidor final, além de

¹⁵ Segundo o Dicionario VISUAL del español de Venezuela, o termo significa: rede tecida com fibras vegetais ou sintéticas que serve de cama.

¹⁶ Aprendido pelo autor durante o contato com os Warao, moriche é como é chamada a planta conhecida no Brasil por buriti pelo mesmos

questões administrativas do curso¹⁷, sinais de que a formação seria ao mesmo tempo pedagógica e orientada à implementação prática.

Essa aula evidenciou, na experiência direta do autor, que saberes tradicionais e propostas de economia solidária só se tornam viáveis quando articulados a mecanismos de gestão, financiamento e comercialização sensíveis à cultura Warao, um aprendizado que orientou os ajustes didáticos e as ações de mediação nas aulas subsequentes.

Na terceira aula, o curso avançou do conceito de reciprocidade para uma análise mais concreta da economia solidária na América Latina, tomando como ponto de partida os relatos dos próprios participantes Warao sobre sua trajetória migratória até o Brasil. O depoimento de um dos participantes do curso evidenciou o longo e penoso percurso desde o Delta Amacuro, marcado pela falta de alimentos, medicamentos e condições de subsistência, passando por estados brasileiros como Roraima, Maranhão, Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, até chegar à atual residência.

Esse relato reforçou os impactos diretos da migração forçada sobre modos tradicionais de vida, como a agricultura familiar e o artesanato em fibras naturais, mostrando também como a precariedade do trabalho, a dependência de doações semanais de alimentos e a necessidade de pedir valores em semáforos refletem vulnerabilidades estruturais. Esse último impacto, coincide com o que Lucena (2021) relata que muitos Warao utilizam os valores recebidos nas ruas do Brasil, para ajudar parentes que ainda estão na Venezuela.

A partir dessas experiências trazidas, a aula conectou o conteúdo teórico às práticas latino-americanas de economia solidária como cooperativas, bancos comunitários e moedas sociais. Nesse sentido o autor, enquanto discente de LEA-NI, vivenciou de modo direto seu papel como pessoa intercultural, traduzindo conceitos técnicos em linguagem acessível e sistematizando propostas que valorizem saberes tradicionais (plantio coletivo, artesanato, alimentação típica) e ao mesmo tempo os articulem a mecanismos de redes, comercialização justa e marcos normativos.

Assim, a aula três fortaleceu a compreensão de que a economia solidária não é apenas conteúdo acadêmico, mas instrumento concreto para a inclusão social e produtiva dos povos migrantes, alinhando-se aos objetivos do trabalho de identificar impactos, relatar experiências e refletir sobre a atuação do profissional de LEA-NI como agente de cooperação e transformação.

Na quarta aula do curso Yaotasaba Warao, a equipe organizadora concentrou-se em apresentar de forma detalhada o funcionamento da economia solidária no Brasil,

¹⁷ Gravação das aulas e calendário.

contextualizando-a historicamente desde sua institucionalização no início dos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, até as propostas contemporâneas voltadas à autogestão e à transformação social das relações produtivas.

Durante o encontro, lideranças e participantes Warao mais uma vez relataram suas trajetórias migratórias e condições de vida atuais, precariedade laboral, necessidade de sustento familiar, barreiras linguísticas e expectativa de acesso a programas governamentais, o que reforçou o caráter aplicado e sensível da capacitação. Essa aula possibilitou enxergar problemáticas relacionadas ao acesso desses povos a programas sociais, mesmo quando ACNUR(2021) afirma que

portanto, que pessoas refugiadas reconhecidas, solicitantes da condição de refugiadas e migrantes, independentemente de seu status legal, possuem os mesmos direitos que os brasileiros para o acesso aos programas e benefícios sociais do governo federal, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). (ACNUR, 2021, p. 61-71)

Chegando à quinta aula, o foco esteve em aprofundar os princípios do cooperativismo e da economia solidária, destacando valores como adesão voluntária, controle democrático, participação econômica dos membros e compromisso com a educação comunitária. A partir da exposição sobre experiências brasileiras e internacionais, os participantes Warao puderam relacionar essas noções a suas práticas tradicionais de pesca, produção artesanal e organização familiar, que revelaram tanto potencialidades quanto desafios da autogestão em contextos migratórios.

Dessa maneira a troca favoreceu a compreensão das diferenças culturais e estruturais entre Venezuela e Brasil, especialmente sobre acesso a recursos, redes de apoio e políticas públicas, estimulando reflexões sobre autonomia produtiva e educação intercultural. Ao mesmo tempo, possibilitou à equipe extensionista vivenciar na prática o papel do mediador linguístico e cultural: traduzindo conceitos, esclarecendo dúvidas e adaptando metodologias para o espanhol e para o contexto sociocultural Warao.

Na sexta aula do curso, o debate concentrou-se nas finanças solidárias, no microcrédito e nas moedas sociais. A equipe extensionista apresentou casos emblemáticos como o Grameen Bank, de Bangladesh, e experiências mexicanas de moedas comunitárias, estimulando os participantes do curso a refletirem sobre como mecanismos simples podem gerar autonomia econômica.

As lideranças Warao compartilharam expectativas, dificuldades e propostas próprias: falaram do desejo de empreender, da carência de materiais para artesanato, da importância de acessar fundos rotativos solidários e até da necessidade de organizar reuniões presenciais para

planejar projetos coletivos. As falas revelaram tanto os obstáculos concretos, desde o acesso a medicamentos até a falta de terra para produção, quanto a busca por soluções, como bancos comunitários e moedas locais.

Na sétima aula, o curso Yaotasaba Warao aprofundou a discussão sobre fundos rotativos solidários e redes de economia solidária, apresentando de forma sistemática como esses mecanismos funcionam no Brasil. A equipe explicou que recursos financeiros e materiais como sementes, matéria-prima, equipamentos e espaços físicos podem ser geridos coletivamente em ciclos rotativos, favorecendo a autogestão e a solidariedade.

Com um panorama detalhado, abordou os diferentes atores que compõem essa rede: sindicatos, incubadoras universitárias, entidades como Cáritas e agências de fomento, bem como fóruns e redes estaduais e municipais de economia solidária. Essa estrutura multifacetada mostrou aos participantes do projeto que o apoio à produção e à comercialização não depende apenas de empreendimentos individuais, mas de alianças políticas e comunitárias.

Os Warao, por sua vez, compartilharam dúvidas e aspirações, manifestando interesse em conhecer experiências bem-sucedidas, visitar feiras agroecológicas e dialogar com grupos produtivos locais para ampliar oportunidades de inserção econômica. Nesse contexto, emergiu também a reflexão sobre direitos e políticas públicas: como acessar editais, como fortalecer associações e como se inserir em fóruns para ganhar legitimidade.

Nesse dia, foi possível compreender como barreiras burocráticas, falta de recursos e necessidade de articulação com órgãos públicos demandam do profissional LEA-NI não apenas domínio técnico, mas também capacidade de articulação política e institucional. Essa burocracia está diretamente ligada ao eixo institucional, que mais uma vez aproximou-se das recomendações do ACNUR (2021), ressaltando a importância de políticas específicas para povos indígenas migrantes.

Já na oitava aula, o curso abordou as possibilidades de arrecadação de recursos para empreendimentos solidários, com destaque para o financiamento coletivo (crowdfunding) e o papel dos governos e entidades de apoio. Foram discutidas estratégias para captar fundos, gerir campanhas e conectar iniciativas comunitárias a plataformas digitais e políticas públicas, essas discussões coincidem com o que Duarte (2023) disserta como o papel do mediador não está claramente definido, podendo auxiliar em temas diversos como os citados na aula.

A nona aula focou o arcabouço jurídico que protege imigrantes e povos indígenas no Brasil e os movimentos de resistência ligados à economia solidária. Foram debatidos direitos básicos, políticas públicas e espaços de participação política, destacando o protagonismo das

comunidades migrantes na formulação de soluções para seu próprio acolhimento. Essa discussão permitiu ao autor deste trabalho enquanto estudante de LEA-NI poder atuar como ponte entre as normas brasileiras e os sistemas culturais dos Warao, traduzindo conceitos jurídicos e fortalecendo a autonomia comunitária.

Na décima e última aula, os participantes do curso refletiram sobre as perspectivas da economia solidária para 2023, revisitando os conteúdos anteriores e avaliando o aprendizado coletivo. O encerramento simbolizou não apenas o fim de um curso, mas a consolidação de um espaço de diálogo intercultural, no qual o autor deste trabalho também pôde fortalecer vínculos com os Warao, preparando-se para atuar em iniciativas futuras de acolhimento e mediação.

No geral, os resultados do curso mostraram-se significativos tanto para o sujeito estudante de LEANI quanto para os indígenas Warao, refletindo uma troca efetiva de saberes. Houve elevada satisfação dos participantes do projeto, evidenciada pelos *feedbacks* positivos recebidos, o que confirmou a relevância dos conteúdos ministrados e a adequação da metodologia utilizada.

Para o autor dessa pesquisa, a experiência representou uma oportunidade de ampliar conhecimentos sobre economia solidária, métodos produtivos e contato intercultural, além de possibilitar a prática da língua espanhola em situações reais de comunicação e ensino. Para os Warao, o curso proporcionou acesso a um instrumento de fortalecimento comunitário e uma nova estratégia para enfrentar os desafios de viver em território distinto de seu contexto tradicional.

Por fim, a experiência na extensão permitiu a produção de quatro resumos e dois relatórios, apresentados em diferentes eventos como o XXIII/XXIV Encontro de Extensão da UFPB (ENEX) e o V Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social comprovados pelos anexos A e C, demonstrando que ao integrar práticas extensionistas e saberes acadêmicos, o profissional LEA-NI fortalece sua função de mediador, promovendo diálogo e dando principalmente visibilidade às demandas, nesse caso dos povos indígenas.

Ainda no contexto das experiências do profissional LEA-NI, durante a 1ª Conferência Estadual de Migração, Refúgio e Apatridia da Paraíba - COMIGRAR/PB¹⁸, o autor vivenciou, na prática, os desafios e as possibilidades de mediação intercultural junto ao povo Warao.

Assim, atuando diretamente no espaço destinado às crianças migrantes¹⁹ enquanto os

¹⁸ O autor da presente pesquisa participou como membro da equipe organizadora da 1ª Conferência Estadual de Migração, Refúgio e Apatridia da Paraíba (Comigrar/PB).

¹⁹ O evento, foi realizado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi promovido pelo Governo da Paraíba, em parceria com o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção às

pais participavam dos eixos temáticos, foi possível observar a complexidade das barreiras linguísticas e culturais enfrentadas pelas famílias, bem como os esforços das instituições para oferecer um acolhimento digno. Essa experiência dialoga com o que se discute na fundamentação teórica sobre a importância dos idiomas como elemento central da autoafirmação étnica e da resistência cultural (Lima; Cirino; Muñoz, 2020).

Assim notou-se durante a conferência mais uma vez que no caso Warao, a comunicação fluía entre espanhol, português e traços do idioma nativo, revelando o esforço cotidiano para manter vivas suas raízes mesmo em situação de deslocamento. Além disso, o contato próximo com outros estudantes de LEA-NI que atuavam como tradutores, mediadores e transcritores, evidenciou a relevância da formação para atuar às demandas de um público altamente vulnerável.

Nesse contexto de visibilidade, segundo Cirino (2022, p. 140) desde 2014 até 2022 vários eventos sobre a situação dos Warao têm sido realizados nos principais centros urbanos, tais como Boa Vista, Manaus, Santarém, Belém, São Luís, Teresina, João Pessoa e Recife.

Porém, observa-se ainda uma dificuldade por parte do poder público-privado em oferecer ações realmente efetivas a longo prazo e que atendam às reais necessidades desses povos. Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superiores(IES), têm desempenhado um papel fundamental na promoção de políticas de acolhimento. Assim o Ministério Público Federal(MPF) sugere:

“Que sejam fomentadas ações de esclarecimento social sobre a situação dos Warao no Brasil, com a participação dos próprios indígenas e de pesquisadores, no sentido de desconstruir o discurso preconceituoso que tem sido divulgado pelo senso comum e por parte da mídia. Sugere-se a realização de mais oficinas voltadas para representantes de órgãos públicos e também para jornalistas; e a elaboração de cartilhas explicativas sobre as especificidades socioculturais dos Warao, sua vinda para o Brasil e seus direitos enquanto indígenas e imigrantes”. (MPF, 2017, p. 43-46).

Nessa perspectiva, para a 1ª COMIGRAR/PB, foi importante haver profissionais como os de LEA-NI para atuar de maneira a não prejudicar uma situação de vulnerabilidade desses povos, e isso ficou comprovado no alto número de voluntários que eram estudantes da graduação supracitada, como comprovam a figura 6 com treze discentes voluntários de LEA-NI que foram designados para diferentes funções na conferência.

Populações Migrantes, Refugiados e Apátridas da Paraíba e com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Aproximadamente 300 pessoas participaram do evento. As discussões ocorreram em seis eixos temáticos com propostas para a plenária final e conduzidas por migrantes e representantes dos governos estadual e federal.

Figura 6 - Voluntários I Comigrar PB



Fonte: Arquivo pessoal

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, torna-se evidente que é impossível dissociar os eixos linguístico, cultural e institucional quando se trata do cuidado e da mediação com migrantes indígenas. No mais, as experiências relatadas demonstram que cada uma dessas dimensões se entrelaça de forma orgânica, constituindo um único campo de atuação que exige competências híbridas e um olhar intercultural.

Nesse sentido, conforme proposto no início do estudo que foi refletir sobre as contribuições da mediação intercultural para o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba, pode-se afirmar levando em consideração as seções 2, 3 e 4 que tal objetivo geral foi alcançado com exatidão. Uma vez que, ao contextualizar diferentes fontes e experiências pode-se analisar a luz da interdisciplinaridade, sob diversos contextos.

Dessa forma, visualizando de forma individual, dentro das subseções 2.2 e 2.3 foi possível identificar muitos dos impactos da migração forçada na preservação da língua e da identidade cultural do povo Warao, bem como apontar durante o relato de experiência situações onde deixam claros o quão negativo esses impactos são para essa sociedade. Assim, alcançando o primeiro objetivo específico trazido na introdução do presente trabalho.

Outrossim, no segundo objetivo fica claro que a seção 4, não só relata as experiências acadêmicas e extensionistas desenvolvidas junto aos imigrantes indígenas Warao, como o projeto CONTEMP, o curso Yaotasaba Warao e a I COMIGRAR PB como também as conecta diretamente ao referencial teórico do texto. Ou seja, cria-se uma costura estrutural capaz de atingir o objetivo com riqueza de detalhes e fundamentos.

No mais, pode-se inferir que os objetivos 4 e 3 foram sequencialmente cumpridos durante as seções 2.3 e 2.4, ao investigar como os instrumentos internacionais e nacionais de direitos humanos orientam ações voltadas à defesa dos povos Warao e utilizar essas normativas para mostrar e refletir sobre o papel do profissional LEA-NI como agente de mediação em contextos de diversidade cultural e vulnerabilidade social.

Assim, essas reflexões evidenciam diferentes caminhos possíveis para um mesmo ponto de partida: a indispensável contribuição da mediação do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais para o acolhimento dos indígenas Warao na Paraíba. Tal percepção circulou por distintos pontos de reflexão no decorrer do trabalho, mas todos enraizados à luz dos direitos humanos e relato das experiências práticas do autor.

Inicialmente, partindo do papel do mediador intercultural procurou-se compreender o

impacto nas práticas sociais, na manutenção da língua e da cultura dos indígenas Warao na América Latina, em um contexto de deslocamento territorial. Assim, utilizando-se do método qualitativo, exploratório e descritivo explorando referenciais bibliográficos, bem como relato de experiência pode-se inferir na questão com precisão técnica.

Porém, cabe especificar que para responder a questão-problema deste trabalho de como a mediação do profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pode contribuir para superar as barreiras linguísticas, culturais e institucionais no acolhimento de migrantes indígenas Warao, foram apresentados ao longo das seções o contexto migratório dos Warao, os marcos normativos internacionais e nacionais que fundamentam seus direitos, bem como as iniciativas desenvolvidas em parceria com universidades e órgãos institucionais.

Os dados expostos indicam que a presença de mediadores interculturais qualificados, especialmente oriundos do LEA-NI, é decisiva para superar barreiras linguísticas, culturais e administrativas enfrentadas por essa população. Ademais, projetos como o CONTEMP, o curso Yaotasaba Warao e a participação na COMIGRAR PB demonstraram, na prática, que o domínio das línguas estrangeiras aliado a uma postura ética e sensível às diferenças culturais pode transformar ações pontuais em estratégias duradouras de inclusão e acolhimento.

Assim, ao integrar teoria e prática, o estudo evidenciou que a mediação intercultural não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um instrumento de fortalecimento de direitos humanos, de valorização das identidades coletivas e de promoção de políticas públicas mais justas. Uma vez que, a experiência vivida pelo autor enquanto discente possibilitou compreender, em profundidade, os impactos da migração forçada sobre a preservação da língua e da identidade cultural dos Warao, bem como os desafios enfrentados pelas instituições no acolhimento dessa população.

Nesse sentido, o profissional de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais resplandece como figura essencial, justamente por articular saberes, traduzir sentidos e converter barreiras em pontes. Assim, durante todo o estudo ficou claro que o caminho não é fragmentado, mas sim orientado pela hibridização de saberes, pela interdisciplinaridade e pela interculturalidade, capazes de sustentar políticas públicas mais inclusivas e processos de acolhimento mais humanos para os povos indígenas migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Maria Aparecida Valentim. Políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA – ALFAL, 17., 2014, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ALFAL, 2014. 18 p. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1022-2.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- ALBERTO, C.; MUÑOZ, Jenny González; LÚCIA, C. Os Warao: indígenas, migrantes e refugiados. Revista EntreRios, v. 3, n. 2, p. 1–227, 7 dez. 2020.
- ALMEIDA, Laura Beatriz Ludovico de. Os refugiados indígenas Warao no Brasil: os desafios e impactos das políticas públicas de refúgio. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, v. 4, 2023.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília: ACNUR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/legacy-pdf/WEB-Os-Warao-no-Brasil-V2.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB); REDE DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (RCA); PLATAFORMA DE DIREITOS HUMANOS – DHESCA. A situação dos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil [...]. Brasília: s.n., 2016. 34 p. Disponível em: <https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2016/10/RPU-Coalizao-Direitos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Manual de jurisprudência dos direitos indígenas. 6. Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2019. 920 p. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-jurisprudencia-dos-direitos-indigenas.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Cadernos de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando Direitos Humanos – Direito dos povos indígenas. Brasília: STF; CNJ, 2023. 216 p. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=publicacaoPublicacaoTematica>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- CIRINO, Carlos Alberto Marinho. Índios, imigrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do estado brasileiro. Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, v. 3, n. 2, p. 124-136, 2020.
- CUSTÓDIO, André Viana; MÂNICA, Celiena Santos. O direito à proteção da cultura linguística na educação básica nas comunidades indígenas. Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, v. 26, n. 44, p. 107-126, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- DE LA CRUZ, María Gabriela Gildo; MILANI, Carlos R. S. A política mundial

contemporânea: atores e agendas na perspectiva do Brasil e do México. Salvador: EDUFBA, 2010. 459 p.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Linguísticos. Apresentada em Barcelona, jun. 1996. 15 p. Disponível em:

https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf.

Acesso em: 28 ago. 2025.

DUARTE, Brisa. Mediador intercultural: atuação do profissional LEA como trabalhador humanitário. João Pessoa, 2023.

GARCÍA, Enrique (coord.); MURIEL, Beatriz; PEREIRA, Wagner Pinheiro.

Desenvolvimento e Cooperação na América Latina: a urgência de uma estratégia renovada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Atlas, 2017.

GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa.

Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020. DOI:

10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322. Disponível em:

<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/322>. Acesso em: 11 set. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 11 set. 2025.

LUCENA, Jamerson Bezerra. Impressões criadas sobre os indígenas Warao nas ruas de João Pessoa-PB em tempos de pandemia. Travessia – Revista do Migrante, v. 2, n. 91, 2021.

LUCENA, Jamerson Bezerra. “Hoy, vamos hacer baile Warao en escuela”: um estudo etnográfico sobre fluxo cultural e performance de um grupo Warao no espaço urbano. Boletim do Tempo Presente, v. 12, n. 4, p. 20–40, 2023.

MELO, V. P. Z. de; FIDELES, T. F.; JÓ, Águeda T.; TAVARES, L. S. “The qualitative method is more humane”: perspectives generated from the application of a focus group in accounting sciences. Seven Editora, p. 1029–1051, 2024. Disponível em:

<https://sevenpubl.com.br/editora/article/view/4186>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Parecer Técnico – SP/Manaus/SEAP: situação dos indígenas da etnia Warao em Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Brasília, 29 maio 2017. Disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/41250_20170530_143844.PDF. Acesso em: 22 ago. 2025.

MONTEIRO, Jade de Oliveira; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Direitos humanos, educação escolar indígena e interculturalidade: cartografia das escolas indígenas brasileiras. Joaçaba: Editora Unoesc, 2023. 318 p. Disponível em:

<https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/direitos-humanos-educacao-escolar-indigena-e-interculturalidade.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MOREIRA, Elaine. Os Warao no Brasil em cenas: “o estrangeiro...”. Périplos: Revista de

Estudos sobre Migrações, v. 2, n. 2, p. 56–69, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nova Iorque: ONU, 2007. Disponível em:

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

Os Warao no Brasil [livro eletrônico]: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes / organização Marlise Rosa, Gabriel Tardelli, Sebastian Roa. -- 2. ed. -- Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2024. PDF

PAREDES, Beatriz (coord.); DAMIANI, Gerson; PEREIRA, Wagner Pinheiro; NOCETTI, Maria Antonieta Gallart. O mundo indígena na América Latina: olhares e perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

PB, NA. Indígenas venezuelanos vivem em condições precárias em abrigos emergenciais que viraram permanentes na PB. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2025/05/25/indigenas-venezuelanos-vivem-em-condicoes-precarias-em-abrigos-emergenciais-que-viraram-permanentes-na-pb.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2025.

RENSI, Julia Silva; DE BRITO CAMARA, Maria Luísa. Barreiras para o acolhimento dos povos Warao no Brasil. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 10, n. 20, p. 225-259, 2021.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 46-57, mar. 2010.

SILVA, Reginaldo Pedro de Lima. O gênero textual relato de experiência: uma proposta de sequência didática para o 1º ano do ensino médio. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/31013>.

YAKERA, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao. Organizado por Carmen Lúcia Silva Lima; Carlos Alberto Marinho Cirino; Jenny González Muñoz. Recife: Ed. UFPE, 2020.

ANEXOS

ANEXO A – Feira Warao (Participação na organização).

Comprovação de atividade extensionista com os indígenas Warao.

The image shows an Instagram post from the account 'contemp_ufpb'. The main content is a poster for an event titled 'APRESENTAÇÃO DE TERTÚLIAS' held on 17/10/2023. The poster features two columns of text: 'PROJETO DE EXTENSÃO METODOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTABILIDADE (CONTEMP): NO SEU 5º ANO DE ATUAÇÃO' by Danilo Pereira and Augusto Filho, and 'ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA INICIATIVA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS INDÍGENAS WARAO' by Lyandra Simplicio, Águeda Teotônio and Thales Fideles. Below the text are two photos: one of a classroom setting labeled 'Bloco A do CCSA' and another of a group of people posing for a photo. Logos for Contemp, PROEX, and UFPB are visible at the bottom of the poster. The Instagram post includes a caption in Portuguese, several hashtags (#UFPB, #contemp, #PROBEX2023, #extensaoufpb), and shows engagement metrics like likes and comments.

Fonte: Instagram do Projeto CONTEMP.

ANEXO B – Tertúlia no ENEX (Temática Warao)

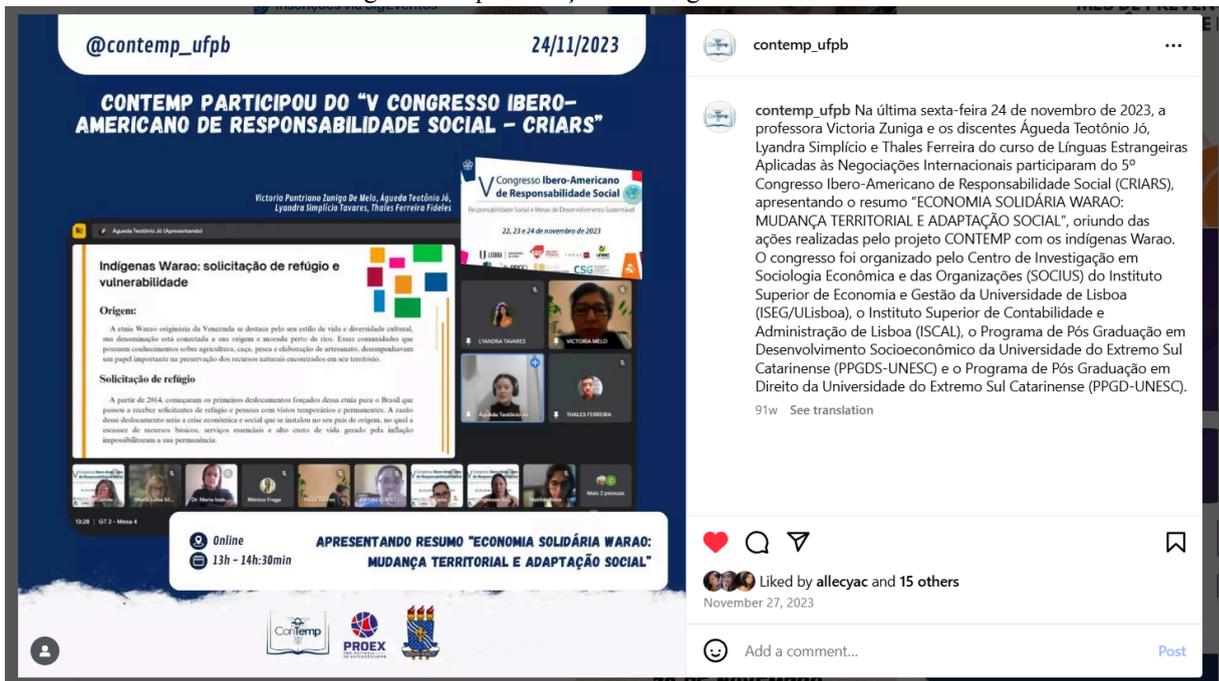
Registro da apresentação em evento acadêmico.

The image shows an Instagram post from the account 'contemp_ufpb'. The main content is a poster for an event titled 'FEIRA DE ARTESANATOS WARAO' held on 06/12/2022 at Praça da Alegria CCHLA. The poster features a green background with images of a colorful woven basket and a group of people. Text on the poster includes 'APRESENTAÇÃO CULTURAL E VENDA DE ARTESANATOS ELABORADOS POR INDÍGENAS WARAO', 'APRESENTAÇÃO CULTURAL: 13.30H', 'FEIRA DE ARTESANATOS: 13.00H-17H', and 'ORGANIZAÇÃO: PROEX, Contemp, UFPB'. The Instagram post includes a caption in Portuguese, several hashtags (#UFPB, #PROBEX2022, #contemp, #extensaoufpb, #warao, #economiasolidaria), and shows engagement metrics like likes and comments.

Fonte: Instagram do Projeto CONTEMP.

ANEXO C – Apresentação em congresso (Resumo sobre os Warao)

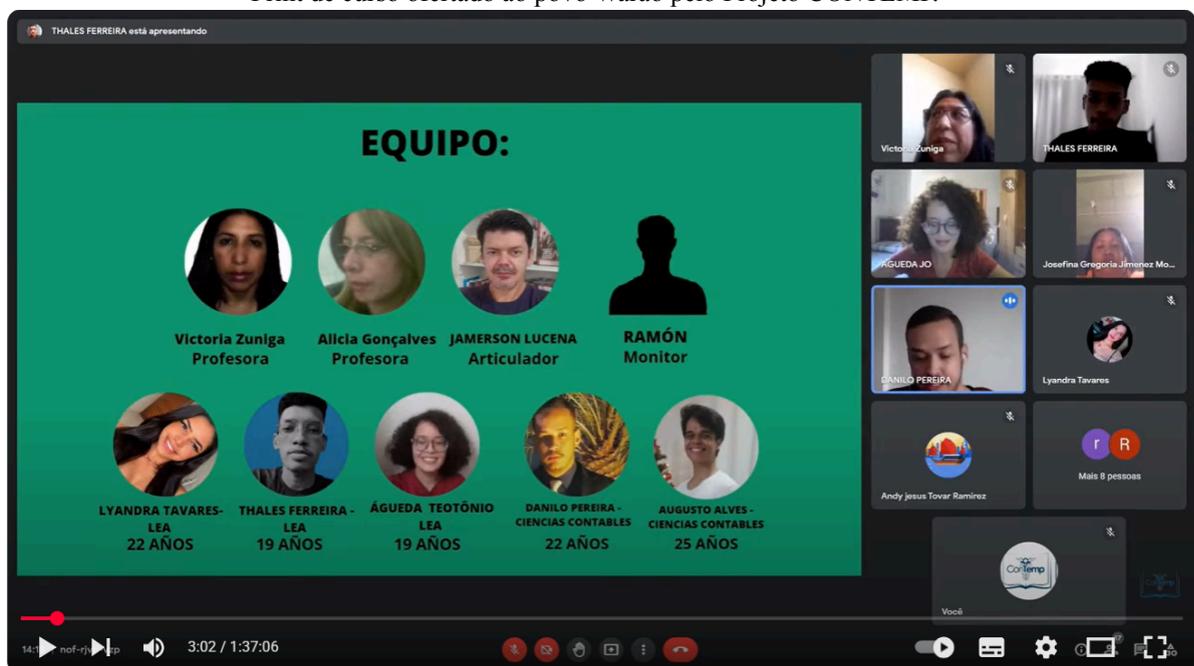
Registro da apresentação em congresso acadêmico.



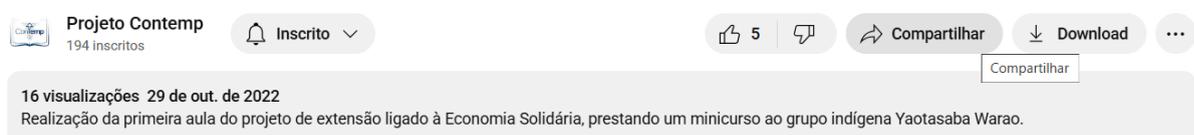
Fonte: Instagram do Projeto CONTEMP

ANEXO D – Curso de Economia Solidária para os Indígenas Warao – Aula 1

Print de curso ofertado ao povo Warao pelo Projeto CONTEMP.



Economia Solidária - Aula 1 - Yaotasaba Warao



Fonte: YouTube do Projeto CONTEMP.

ANEXO E – Resultado processo seletivo CONTEMP

Comprovação de início das atividades

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO DE VOLUNTÁRIOS 2022

Águeda Teotônio Jó

Augusto Pereira Alves Filho

Cláudia Lima Trindade

Lyandra Simplício Tavares

Nylziane André Ramos

Thales Ferreira Fideles

contemp_ufpb

contemp_ufpb O Projeto de Extensão Contemp agradece a todos que participaram do Processo Seletivo de Voluntários em 2022. Desejamos boas vindas aos novos participantes! #ufpb #probexufpb #projetoextensao

158w See translation

clima12 Muito obrigada pela oportunidade! ❤️

158w 1 like Reply See translation

valdineide_arj 🙌🙌🙌

158w 1 like Reply

aguedateotonio Obrigada pela oportunidade @contemp_ufpb

158w 1 like Reply See translation

Liked by claraslucena and 14 others

September 2, 2022

Add a comment...

Fonte: Instagram do Projeto CONTEMP

ANEXO F – Certificado de participação

Comprovação de participação no projeto de extensão

 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)
www.proex.ufpb.br atendimentoproex@proex.ufpb.br
(83) 3216-7990 

CERTIFICADO

Certificamos que, THALES FERREIRA FIDELES, MATRÍCULA nº 20210055322, participou da Atividade de Extensão METODOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES (CONTEMP), coordenada pelo(a) Professor(a) VALDERIO FREIRE DE MORAES JUNIOR, promovida pelo(a) CCSA - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE, na função de VOLUNTÁRIO, com 576 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 1 de Setembro de 2023 a 31 de Julho de 2024.

João Pessoa, 31 de Agosto de 2025.

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-reitor(a) de Extensão

VALDERIO FREIRE DE M. JUNIOR
Coordenador(a)

Código de verificação: 2059df27a4
Número do Documento: 1360086

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/documentos>, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

Fonte: Sigaa UFPB

ANEXO G – Segundo certificado de participação

Comprovação de participação no projeto de extensão



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)
www.proex.ufpb.br atendimentoproex@proex.ufpb.br
(83) 3216-7990



CERTIFICADO

Certificamos que, THALES FERREIRA FIDELES, MATRÍCULA nº 20210055322, participou da Atividade de Extensão METODOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTABILIDADE (CONTEMP), coordenada pelo(a) Professor(a) VICTORIA PUNTRIANO ZUNIGA DE MELO, promovida pelo(a) CCSA - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE, na função de VOLUNTÁRIO, com 576 hora(s) de atividades desenvolvidas. A atividade foi realizada no período de 17 de Outubro de 2022 a 31 de Julho de 2023.

João Pessoa, 31 de Agosto de 2025.

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

Pró-reitor(a) de Extensão

VICTORIA PUNTRIANO Z. DE MELO

Coordenador(a)

Código de verificação: **c5b3ac58ea**
Número do Documento: **1360085**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/documentos>, informando a matrícula, data de emissão do documento e o código de verificação.

Fonte: Sigaa UFPB